

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JOAQUIM CESAR CUNHA DOS SANTOS**

**A FORMAÇÃO DO TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS COMO INTELLECTUAL ESPECÍFICO: O  
TRABALHO DE INTERPRETAÇÃO COMO PRÁTICA DE CUIDADO  
DE SI**

**VITÓRIA  
2016**

**JOAQUIM CESAR CUNHA DOS SANTOS**

**A FORMAÇÃO DO TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS COMO INTELLECTUAL ESPECÍFICO: O  
TRABALHO DE INTERPRETAÇÃO COMO PRÁTICA DE CUIDADO  
DE SI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área da Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado

**VITÓRIA  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial de Educação,  
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S237f Santos, Joaquim Cesar Cunha dos, 1957-  
A formação do tradutor-intérprete de língua brasileira de  
sinais como intelectual específico : o trabalho de interpretação  
como prática de cuidado de si / Joaquim Cesar Cunha dos  
Santos. – 2016.  
97 f.

Orientador: Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação – Atitudes. 2. Ética antiga. 3. Ética profissional.  
4. Língua brasileira de sinais. 5. Pensamento crítico. 6. Surdos. I.  
Vieira-Machado, Lucyenne Matos da Costa, 1979-. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.  
Título.

CDU: 37

---

**JOAQUIM CESAR CUNHA DOS SANTOS**

**A FORMAÇÃO DO TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS COMO INTELLECTUAL ESPECÍFICO: O  
TRABALHO DE INTERPRETAÇÃO COMO PRÁTICA DE CUIDADO  
DE SI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área da Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas.

Aprovada em 11 de maio de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Alexsandro Rodrigues  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Hiran Pinel  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vanessa Regina de Oliveira Martins  
Universidade Federal de São Carlos

Dedico aos meus pais Antônio Cesar e Carmen  
Cunha (*In memoriam*) que sempre apoiaram  
minhas escolhas e tinham o desejo de  
compartilhar momentos como os quais vivo agora;

...a minha esposa, Lilian Leite, que apoia e  
incentiva as minhas transformações que afetam  
nosso modo de ser e viver;

...a minha querida amiga, cúmplice, parceira de  
lutas e transformações, Fernanda Nogueira, que  
compartilha das minhas atitudes como prática de  
*cuidado de si*;

...a todos os tradutores e intérpretes de Libras,  
que tem nesta pesquisa subsídios para se  
dominarem, se governarem e se conduzirem a si  
mesmos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos são as expressões que reconhecem que tudo na vida não se realiza sozinho. Assim, meus agradecimentos se direcionam àqueles que me foram apoio, que contribuíram para a minha carreira na vida. Primeiramente, agradeço a Jeová, que acredito ser o Deus Todo-Poderoso e nas minhas experiências sinto que me dá sabedoria necessária e sustenta e edifica.

Em minha experiencição como projeto de vida, no caminhar dessa estrada, ao eleger locais para ver detalhes do saber-viver e meditar neles, agradeço a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e seus docentes pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Stricto-Sensu, do Centro de Educação, onde foi possível ver, apreciar e viver experiências. Tenho sentimentos de gratidão por todos os docentes que estão diretamente envolvidos no Curso de Mestrado, em especial a Professora Doutora Lucienne Matos da Costa Vieira Machado, cujo cabedal contribui para reflexões na área do conhecimento, me encorajando a continuar crescendo profissionalmente na orientação deste trabalho.

Tais sentimentos são estendidos aos Professores Doutores, Alexsandro Rodrigues e Hiran Pinel com suas contribuições durante o processo de qualificação, que tornaram possível encontrar o “fio vermelho” deste trabalho.

Não me esqueceria nunca de todos meus companheiros e amigos do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES/UFES), em especial, Daniel Junqueira Carvalho e Eliane Telles de Bruin que juntamente como primeiros orientandos escolhidos para o Coven da Lucienne, tivemos a rica experiência de tê-la como orientadora e vivemos momentos de alegrias e de ansiedade.

E o que dizer dos que me são próximos, que compartilham comigo com mais intensidade as alegrias, tristezas, ansiedades, frustrações e a ideia de que tudo que nos acontece irá gerar em nós atitudes que nos levarão a conquistas?

Nesse respeito aprendi muito com Fernanda Nogueira, grande amiga, parceira, contribuindo com suas discussões de conceitos, teorias, muitas vezes com veemência, ora mudando meus conceitos, ora fortalecendo-os. Conversas sobre Richard Sennett, Michel Foucault, Maura Corcini, Veiga-Neto, Frédéric Gros e muitos outros autores, onde nos debruçamos em entender as intenções desses autores e seus conceitos. Em especial, agradeço a Lilian Leite, minha esposa que, com paciência, soube abdicar de mim, sem vida social nesse período de minha formação no Mestrado em Educação e soube ouvir minhas exposições em resultado das elucubrações, dando seus pareceres, me motivando a pesquisar e escrever.

Finalmente, seria injusto esquecer dos demais amigos e colegas que contribuíram com sua experiência, seu incentivo e apoio. A eles o meu muito obrigado!

Estar neste mundo é transitório, transformar-nos é preciso. Tais sentimentos podem ser entendidos com o poema de Mario Quintana, "*Poema Transitório*".

*Eu que nasci na Era da Fumaça: - trenzinho  
vagaroso com vagarosas  
paradas  
em cada estaçãozinha pobre  
para comprar  
pastéis  
pés-de-moleque  
sonhos  
principalmente sonhos!  
porque as moças da cidade vinham olhar o trem passar:  
elas suspirando maravilhosas viagens  
e a gente com um desejo súbito de ali ficar morando  
sempre.... Nisto,  
o apito da locomotiva  
e o trem se afastando  
e o trem arquejando  
é preciso partir  
é preciso chegar é preciso partir é preciso chegar.... Ah, como esta vida é  
[urgente!  
no entanto eu gostava era mesmo de partir...  
e - até hoje - quando acaso embarco  
para alguma parte  
acomodo-me no meu lugar  
fecho os olhos e sonho:  
viajar, viajar  
mas para parte nenhuma...  
viajar indefinidamente...  
como uma nave espacial perdida entre as estrelas.*

*“Chamemos de “filosofia”, se quisermos, essa forma de pensamento que se interroga, não certamente sobre o que é verdadeiro e sobre o que é falso, mas sobre o que faz com que haja e possa haver verdadeiro e falso, sobre o que nos torna possível ou não separar o verdadeiro do falso. Chamemos “filosofia” a forma de pensamento que se interroga sobre o que permite ao sujeito ter acesso à verdade, forma de pensamento que tenta determinar as condições e limites do acesso do sujeito à verdade. Pois bem, se a isso chamarmos “filosofia”, creio que poderíamos chamar de “espiritualidade” o conjunto de buscas, práticas e experiências tais como as purificações, as ascetes, as renúncias, as conversões do olhar, as modificações de existência, etc., que constituem, não para o conhecimento, mas para o sujeito, para o ser mesmo do sujeito, o preço a pagar para ter acesso à verdade”.*

*(Michel Foucault, 1982)*



## RESUMO

Os intérpretes de Língua Brasileira de Sinais são profissionais que se tornaram necessários neste século XXI, fundamentais para a efetivação da inclusão do sujeito surdo. Sua atuação torna-se, portanto, imperativa, ganhando força de tal forma que, junto aos novos saberes constituídos em diferentes perspectivas e disciplinas sobre as Línguas de Sinais, tem emergido saberes teóricos sobre esses profissionais, garantido o status profissional. Caminhando nessa linha de discussão, esta pesquisa discute como os TILS, por meio dos rituais de passagem e aleturgias que garantem o status de profissão a essa função, se subjetivam a partir do ingresso neste campo como profissional. Destaca-se como pergunta central desta pesquisa: Quando o sujeito se subjetiva Tradutor-intérprete de Língua de Sinais como intelectual específico por meio dos rituais aletúrgicos? Para responder a tal questionamento, é utilizada a pesquisa narrativa em que depoimentos servem de base para entender os processos de ser e de vir a ser dos sujeitos deste estudo. Este estudo faz uma reflexão necessária quanto à atuação do intérprete no atual momento, conduzindo o olhar sobre esses profissionais, sendo usada como base para esses apontamentos a noção de *intelectual específico*, ferramenta teórico-metodológica de inspiração foucaultiana. Analisa-se as narrativas usando, as Tecnologias do Eu (LARROSA, 1994), mecanismos nos quais se produzem ou medeiam a experiência de si. O mecanismo ótico que através dele se determina e se constitui o que é visível dentro do sujeito para si mesmo. O mecanismo discursivo, que estabelece, constitui aquilo que o sujeito pode e deve dizer sobre si mesmo. O mecanismo jurídico, moral, onde o sujeito se julga a base das normas e valores sejam por ele estabelecidos ou não. O mecanismo da experiência de si, de acordo com a construção de si ao longo do tempo. E por último, o mecanismo prático que estabelece o que o sujeito pode e deve fazer consigo mesmo. Tendo em vista que a prática do cuidado de si é essencial no trabalho desse profissional, discute-se como ele contribui como *intelectual específico*, a fim de produzir as condições de possibilidades de práticas no trabalho de interpretação na educação de surdos.

**Palavras-chaves:** Intérpretes de Libras. Surdos. Intelectual específico. Cuidado de si

## ABSTRACT

Brazilian Sign Language interpreters are professionals who have become necessary in the twenty-first century, critical to the effectiveness of the inclusion of the hearing impaired. Its performance becomes therefore imperative, gaining strength so that together with new knowledge constituted in different perspectives and disciplines about Sign Language, there has emerged theoretical knowledge about these professionals, having guaranteed a professional status. Following that line of discussion, this research discusses how TILS (Sign Language Translators and Interpreters), through the rites of passage and aliturgies that guarantee the professional status of this function, subjectifies them starting from the entry into this field as professionals. Therefore, the central question of this research stands out as follows: When does the subject subjectify himself as a translator-interpreter of sign language as a specific intellectual through aliturgical rituals? To answer this question, we used the narrative research in which statements serve as the basis for understanding the processes of being and of coming to be the subject of this study. This study makes a necessary reflection on the role of the interpreter at the moment, directing the observation of these professionals, being used as the basis for these notes about the notion of the *specific intellectual*, a theoretical and methodological tool of Foucault's inspiration. It analyzes the narratives using *Tecnologias do Eu* (Technologies of Me, LARROSA, 1994), the mechanisms which produce or mediate the experience itself. By means of it, the optical mechanism determines and constitutes what is visible within the subject himself. The establishing discursive mechanism constitutes that which the subject can and should say about himself. The moral legal mechanism, where the subject is judged based on the standards and values of which it is established or not. The mechanism of the experiment itself, according to the construction itself over time. Finally, the practical mechanism that establishes what the subject can and should do with himself. Given that the practice of self-care is essential in the work of this professional, it argues how he contributes as a *specific intellectual*, to the end of producing the conditions of possibilities of practices involved in the interpretation work in the education of the hearing impaired.

Keywords: LIBRAS interpreters. Hearing Impaired. Specific intellectual. Care of themselves.

## **LISTA DE SIGLAS**

APILES – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Espírito Santo

BDB – Programa da Biblioteca Digital Brasileira

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS – Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CNE/CES – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coda – Child of Deaf Adults (Filhos de Pais Surdos)

ES – Estado do Espírito Santo

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FINEP – Financiadora de Estudos e Pesquisas

GIPLES – Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos

GOV – Governo

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

PROLIBRAS – Exame de Proficiência em Libras

SEDU – Secretaria de Educação do Governo do Estado do Espírito Santo

SEESP – Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação

TILS – Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais

TLCE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: INICIANDO A CONVERSA</b> .....	13
<b>2 O INTÉRPRETE DE LIBRAS COMO INTELECTUAL</b> .....	21
<b>3 PERCURSOS METODOLÓGICOS: A CONFISSÃO</b> .....	27
<b>4 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: CONFIGURAÇÕES DO INTÉRPRETE NA ATUALIDADE</b> .....	33
4.1 O INTÉRPRETE DE LIBRAS: INTELECTUAL ESPECÍFICO.....	44
<b>5 O INTÉRPRETE DE LIBRAS E AS TÉCNICAS DE SI</b> .....	56
5.1 O MECANISMO ÓTICO .....	62
5.2 O MECANISMO DISCURSIVO .....	66
5.3 O MECANISMO JURÍDICO, MORAL.....	70
5.4 O MECANISMO DA EXPERIÊNCIA DE SI .....	73
5.5 O MECANISMO PRÁTICO.....	75
5.6 O INTÉRPRETE DE LIBRAS “INFAME” E “INTELECTUAL ESPECÍFICO” .....	77
<b>6 POSSIBILIDADES IMANENTES</b> .....	87
<b>7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	91
<b>ANEXO</b> .....	97

## 1 INTRODUÇÃO: INICIANDO A CONVERSA

Com o objetivo da inclusão dos sujeitos surdos, o intérprete de língua brasileira de sinais passa a ser fundamental. E a demanda de profissionais em Libras<sup>1</sup> causam um impacto muito grande na presença do mesmo em situações de interação social.

Diante dos problemas de comunicação enfrentados pelo sujeito usuário da língua brasileira de sinais, quanto à necessidade de intérpretes que mediem sua comunicação com os ouvintes em diferentes situações sociais, percebemos a alteração do status dessa profissão no contexto social ao longo da história. Assim, a criação da Lei de Libras a partir de 2002, regulamentada em 2005<sup>2</sup> advoga para que esse profissional exerça o papel de mediador nas interações linguísticas e sociais desse sujeito surdo.

Em busca de uma certificação dos sujeitos que, ainda sem a formação, já atuavam especificamente na tarefa de tradução, o Governo Federal foi levado a estabelecer, a partir de 2006, exames de proficiência da língua brasileira de sinais, denominados hoje de Prolibras<sup>3</sup>, objetivando não só institucionalizar e definir quem de fato teria a competência para assumir esse lugar, mas também legitimar os sujeitos que já atuavam em diferentes âmbitos sociais como intérpretes. Visto que o Prolibras não tem como fim a formação em tradução e interpretação, mas unicamente a avaliação e certificação, em auxílio a esses exames foram regulamentados também a formação de intérprete em nível superior, com o bacharelado em Letras/Libras, e em nível médio, com os Cursos Técnicos e de Capacitação.

---

<sup>1</sup> LIBRAS – Sigla de Língua Brasileira de Sinais, segundo a Lei 10.436/02. Usaremos a partir daqui a sigla Libras, libras.

<sup>2</sup> A Lei 10.436 foi assinada em 24 de abril de 2002 e a regulamentação se deu pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

<sup>3</sup> O Exame de proficiência é conhecido nacionalmente como Prolibras. – Decreto 5.626/05. Segundo Pereira (2008), antes mesmo do Prolibras já ocorreram exames nos anos de 1997 e 2000 realizados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. – (PEREIRA, 2008. P. 16, 22, 67, 68.)

Entendendo a necessidade de compreender como os sujeitos que atuam como intérpretes de Libras se constituem, esta pesquisa traz uma reflexão sobre o papel desses cursos de formação de tradutores-intérpretes de Libras<sup>4</sup> na constituição da subjetivação desses profissionais, levando em consideração a obrigatória existência ainda hoje de intérpretes de libras que, independente do fato de terem uma formação técnica ou superior na área de tradução e interpretação, são parte importante nos processos onde há surdos envolvidos.

Minha hipótese é de que é em diferentes momentos da aprendizagem e uso da Libras que esses sujeitos concluem que são intérpretes, e essa conclusão causa efeitos em sua atuação e sua vida profissional.

O objetivo geral é compreender como o sujeito intérprete de língua brasileira de sinais se constitui como tal e se reconfigura, seja egresso de famílias de surdos ou não, de instituições religiosas ou de outros diferentes espaços e, também, como os cursos de formação contribuem nesse processo. A pergunta central dessa pesquisa é: Como o sujeito se subjetiva Tradutor-intérprete de Língua de Sinais como intelectual específico por meio dos rituais aletúrgicos<sup>5</sup>? E outras perguntas que permeiam esta pesquisa: Como esse sujeito se subjetiva intérprete profissional e se vê no processo de ensino de alunos surdos problematizando as questões emergentes e/ou cotidianas na área? E como esse sujeito de atitude se constitui

---

<sup>4</sup> Vale aqui destacar que o intérprete atua com a forma oral e instantânea de tradução. Atuando na interpretação simultânea ou consecutiva das línguas envolvidas. O tradutor trabalha com o texto escrito e sempre terá mais tempo para consultar os instrumentos de trabalho, diferentemente do intérprete. No presente trabalho utilizo “tradutor-intérprete” segundo a definição apresentada por Quadros (2007), “Técnicamente, tradução refere-se ao processo envolvendo pelo menos uma língua escrita. Assim, tradutor é aquele que traduz um texto escrito de uma língua para a outra. O Tradutor-intérprete é a pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito, e o Tradutor-intérprete de língua de sinais é a pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). Atualmente se fala que o intérprete opera com a língua oral e o tradutor, trabalha com a língua escrita”. (QUADROS, p.11, 2007).

<sup>5</sup> Segundo Foucault (2011), “poderíamos chamar de ‘aleturgia’ o conjunto de procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento, e dizer que não há exercício do poder sem algo como uma aleturgia”. (FOUCAULT, 2011, p.19, 46)

diante de tais questões, com práticas que vão além do que os editais requisitam na função? Como tal atitude implica uma certa maneira de estar atento às práticas ao que se passa no pensamento?

Como objetivos específicos, pretende-se a) identificar nas narrativas dos intérpretes de Libras os principais momentos de conversão à prática da interpretação de forma profissional b) discutir os rituais de cooperação em que ele passa para se definir como intérprete. Por fim, pretende-se também c) problematizar como os tradutores-intérpretes de libras veem a educação dos surdos e como se veem desempenhando esse papel primordial na constituição de um “bom surdo incluído”.

No contexto da formação do profissional tradutor-intérprete de libras, pela política de inclusão e acessibilidade vigente, coloca-se a questão sobre quem é este sujeito que, se envolvendo de alguma maneira com práticas que não se limitam ao ato tradutório, pode reformular sua própria relação com o saber, reconhecendo que ele é intrínseco aos dispositivos de poder, que precisa trabalhar a partir de sua própria situação.

Assim, por meio da pesquisa narrativa, é possível entender as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de aprender e usar a língua brasileira de sinais. A partir de suas histórias é possível analisar fatos, instantes e/ou momentos delas em que os sujeitos consideram suas práticas como indo além de serem intérpretes entre línguas e o que, para eles, foi decisivo em não só em seguir a profissão de intérprete de libras como terem uma atitude que não se limita ao ato tradutório.



A escolha desse tipo de abordagem surge do interesse de, a partir das histórias de vida, entender melhor os processos de formação e subjetivação<sup>6</sup> dos intérpretes entrevistados.

Segundo Foucault (2014, p.11) “[...] o homem se dá seu ser próprio a pensar [...] quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga [...]”. A experiência reflexiva é concreta, histórica e culturalmente situada. Para Foucault, há um uso particular da história:

Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos; mas uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado (FOUCAULT, 2014, p. 11).<sup>7</sup>

A escolha dessa temática emerge devido à minha experiência profissional como intérprete de Libras em instituições de ensino do Estado do Espírito Santo e no Centro de Referência da Pessoa com Deficiência do Município de Vitória, pela Secretaria de Assistência Social. Minha atuação não se limitou a interpretar em salas de aula. Fui o primeiro Coordenador e Professor do Curso Técnico de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais, pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo<sup>8</sup>, e sócio em empresa especializada na área de tradução e interpretação em língua brasileira de sinais e consultoria em gestão de diversidade.

---

<sup>6</sup> No decorrer da dissertação, em vários momentos aplico à formação o conceito de cuidado de si, da estética da existência, técnicas de si. O cuidado de si diz respeito à maneira pela qual cada indivíduo constitui a si mesmo como sujeito de sua própria conduta.

<sup>7</sup> No capítulo 5, nesta dissertação aplico as citações de Foucault (1984) a mim quando apresento minha história de vida e narro o que me conduziu a profissão de tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais e a temática em questão. Esta aplicação introduz o resultado da análise de dados.

<sup>8</sup> Ministrei aulas nas seguintes disciplinas: Libras, Escrita da Língua de Sinais, Relações Históricas, Políticas e Sociais das Comunidades Surdas e de Intérpretes, Linguística da Língua Brasileira de Sinais, Teorias de Tradução e Interpretação, Técnicas de Tradução e Interpretação em Laboratórios de Interpretação e de Surdocegueira.

Juntamente com amigos, a Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Espírito Santo<sup>9</sup> foi fundada e nela atuei como coordenador e instrutor dos cursos e disciplinas ofertadas neles.

Além de trabalhar nesses espaços, sempre atuei também em espaços comunitários e corporativos, bem como em espaço religioso filantrópico. A experiência junto a Testemunhas de Jeová no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais faz parte da minha história e, também da do Brasil, desde meados dos anos oitenta, quando surgiram os primeiros trabalhos de interpretação desenvolvidos em instituições religiosas.

Ao refletir em minha trajetória, pude ver que meu foco não é analisar comportamentos, ideias e sociedades, antes as problematizações através dos quais me apresento como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais elas se formam. Ao utilizar o termo “formação” aplico tanto a um conjunto de conhecimentos específicos que são ministrados ou adquiridos, quanto ao uso em especial, e aqui está o motivo do uso do termo no título e em capítulos seguintes, de formação de si,

[...] é o que se poderia chamar de “artes da existência”. Estas devem ser entendidas como práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 2014, p.193)

---

<sup>9</sup> APILES – Associação dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Espírito Santo. Fundada em 21 de outubro de 2007 pelos profissionais Keli Simões Xavier, Ademilson Dias Ferreira, Joaquim Cesar Cunha dos Santos, Fernanda dos Santos Nogueira, Lucas Moura de Oliveira e Katiuscia Gomes Barbosa Olmo, sendo eleitos Keli Simões Xavier para o cargo de Presidente, Ademilson Dias Ferreira para Vice-Presidente, Joaquim Cesar Cunha dos Santos para Secretário Geral e Fernanda dos Santos Nogueira para cargo de 1ª Secretária. Entre as ações da primeira diretoria, há o registro da formação de tradutores-intérpretes de Libras, em parceria com Instituição de Ensino Superior, para traduzirem e interpretarem em diferentes espaços, como intérpretes de conferências, seminários, congressos e como intérpretes comunitários em audiências jurídicas e em acompanhamento médico.

Segundo Masutti e Santos (2008, p.156), as Testemunhas de Jeová criaram um arcabouço tradutório desenvolvido no contato com a comunidade surda, contribuindo para a formação de intérpretes de Língua de Sinais:

Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes de associações de intérpretes de Língua de Sinais no país (MASUTTI; SANTOS, 2008, p. 155).

Assim, mesmo com toda experiência em diferentes espaços sociais nos quais atuei, senti necessidade de continuar a minha formação. Por isso participei e fui aprovado no processo seletivo para o curso superior de Letras/Libras<sup>10</sup>, curso então organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde obtive meu grau de bacharel em tradução e interpretação de Libras no ano de 2012.

Desde 2013, minha atuação mais direta é na Universidade Federal do Espírito Santo, com o cargo de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. Ao ser aprovado tanto no curso de especialização em educação especial na perspectiva da Inclusão quanto para o curso de mestrado em educação na linha *diversidade e práticas educacionais inclusivas*, pude fazer o exercício acadêmico sobre pensar minha própria prática e redefinir minha relação com um saber que há anos venho construindo.

Enfim, rever a posição, neste momento em que me encontro, como intérprete de Libras, não tem sido fácil no meu trabalho como acadêmico. Exercitar o pensamento nessa direção é acreditar que esse sujeito intérprete, por possuir certo número de conhecimentos e agir teoricamente sobre problemas bem definidos tem, segundo Foucault (2003), o papel de um *intelectual* e, pelas análises que faz ao que lhe diz respeito problematiza para reformular os problemas.

---

<sup>10</sup> Letras/Libras – Curso Superior de Letras-Língua Brasileira de Sinais com Licenciatura em Libras e Bacharelado em Tradução e Interpretação. – Decreto 5.626/05.

Para Foucault (2013), o trabalho do *intelectual* não é modelar a vontade dos outros, mas interrogar aquilo que está posto como uma verdade e parece evidente, abalar costumes. Ele propõe um *intelectual* que renuncie se considerar a consciência de toda a sociedade, portador da verdade, e que se permita discernir qual será o real impacto de sua atitude e que tipo de relação se estabelecerá entre seu trabalho teórico e sua prática de vida. Antes um *intelectual* diferente do que é universal, um *intelectual específico* (GROS, 2004, p. 44)<sup>11</sup>.

Entendendo o intérprete de Libras como *intelectual específico*, levo em consideração que as questões éticas neste trabalho estão posicionadas para além dos “códigos de ética” que definem e norteiam o comportamento do profissional. Compreendendo que a profissão do intérprete de Libras toma outros rumos, atualmente, penso nesse sujeito que, em determinado momento de sua história, se constitui, se subjetivando intérprete de libras e assumindo para si essa responsabilidade que não se limita a uma formação acadêmica ou técnica como tradutor e intérprete, sujeito que, muitas vezes, vai além de um envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação.

Nos capítulos que se seguem, pretendo mostrar onde este trabalho se situa, trazendo as dissertações de Xavier (2012), Nantes (2012) e a dissertação, bem como a tese de Martins (2008, 2013), textos que nos ambientam na temática dos sujeitos desta pesquisa quanto a formação, a ética e posicionamento no espaço de atuação; que trazem-nos à atenção as questões quanto a formação precária, apressada e insuficiente, mas mesmo assim considerada suficiente pelos contratantes desse profissional; e que buscam identificar as significações na formação do intérprete de língua de sinais, sua função e as práticas decorrentes de sua atuação. Posiciona-se este trabalho apresentando o intérprete de libras como *intelectual*.

---

<sup>11</sup> Pretende-se fazer uma reflexão necessária quanto à atuação do intérprete no atual momento conduzindo o olhar sobre esses profissionais, sendo usada como base para esses apontamentos a noção de *intelectual específico*, ferramenta teórico-metodológica de inspiração foucaultiana.

Já no capítulo 3, dos percursos teóricos, são apresentadas produções que contribuem para o diálogo uma vez que possuem como temas o sujeito tradutor-intérprete de libras, a legislação específica e apresentação de argumentos sobre como os rituais de cooperação subjetivam o sujeito, fazendo-o definir-se um profissional intérprete, e como os diferentes rituais legitimam as práticas profissionais desse sujeito e o levam às rotinas que se estabelecem como verdades.

Na esteira de uma inspiração foucaultiana e em outros autores que dialogam nessa direção, utilizo a noção de *intelectual específico* para pensar a função do profissional intérprete de libras no contexto atual. Ao trazer os percursos teóricos, proponho dialogar sobre como o intérprete de libras se constitui um *intelectual* e como, no cuidado de si, suas atitudes e práticas o levam além das questões morais. Proponho entender o papel do intérprete de libras como *intelectual específico*, o que pode ser sua ética, qual sua responsabilidade e de que verdades necessita para conduzir a si mesmo e a outros (FOUCAULT, 2013, p.48-51).

No capítulo seguinte, dos percursos metodológicos, explano o motivo da escolha de narrativas que oferecem a oportunidade de pesquisar, “[...] compreender de que maneira o indivíduo moderno podia fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito [...]” (FOUCAULT, 1984, p.10). Encontrar nos depoimentos as pistas a respeito de suas formações, seus modos de agir diante das questões no dia a dia de trabalho, suas práticas. Nesse mesmo capítulo apresento a noção de *intelectual específico* e a relação com o intérprete de língua brasileira de sinais.

A seguir, continuando na inspiração foucaultiana apresento a produção de dados à luz do conceito ferramenta “infame”. Como intérprete *infame* “suas funções cerimoniais vão se apagar [...]” mas irá “buscar o que é o [...] mais penoso de dizer e de mostrar, finalmente o mais proibido e o mais escandaloso” (FOUCAULT, 1977, p.220). Por fim, no capítulo “Possibilidades Imanentes”, a conclusão, convido os leitores a pensar sobre esse profissional intérprete que, ao construir um saber, tem a possibilidade de estabelecer verdades e, assim, exercer um poder, quanto a configuração do outro de incluído ou excluído.

## 2 O INTÉRPRETE DE LIBRAS COMO INTELECTUAL

No Brasil, são significativas as pesquisas sobre intérpretes de língua de sinais. No Banco de Teses CAPES<sup>12</sup>, nos anos de 2011 e 2012, foram encontrados 33 trabalhos distribuídos em 05 programas, sendo 14 na área da Educação. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>13</sup>, entre 2011 e 2016 há registro de 62 produções, sendo 48 dissertações e 14 teses. Livros, teses, dissertações e artigos que foram escritos sobre o trabalho de um tradutor e intérprete, bem como sobre educação especial e formação de professores, fornecem rico material, dando subsídios sobre relações entre os intérpretes entre si e entre os intérpretes e seu público, ouvintes e surdos. Além disso, os trabalhos também fornecem ricos subsídios sobre questões do uso da língua e sobre a formação desse profissional que atuará junto com professores formados nas suas respectivas áreas.

Das diferentes produções encontradas, percebi que a maioria das pesquisas constata a importância da presença do profissional intérprete de libras na inclusão do sujeito surdo, também sobre a importância do ensino de libras e a consideração das necessárias competências linguísticas desse profissional.

Selecionei materiais para este momento do presente trabalho, tanto do Banco de Teses como de outras fontes. Entre esses materiais, elegi três *dissertações* de mestrado e uma *tese* de doutorado, da Educação como área do conhecimento. Sendo o meu objeto de pesquisa o tradutor e intérprete de libras, busquei trabalhos que tratassem desse tema.

---

<sup>12</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

<sup>13</sup> A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem por objetivo reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o País e por brasileiros no exterior. A BDTD foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002.

Primeiramente, seleciono o artigo de Marques e Oliveira (2009), em que os autores evidenciam,

[...] os conflitos críticos atuais das pessoas não surdas com aqueles a quem constitui impreterível e inegavelmente, o *ser pessoa surda*. Destes conflitos surgem perguntas desafiadoras que pretendem levar a uma reflexão não somente do ser intérprete enquanto profissional, mas uma reflexão enquanto pessoa não surda, enquanto aprendiz da Língua de Sinais, [...] que compartilha o mesmo espaço das pessoas surdas [...] (MARQUES e OLIVEIRA, 2009, p. 395).

Segundo os autores as relações entre intérpretes e aqueles que se constituem surdos com uma língua própria geram conflitos. É a partir desses conflitos que os intérpretes elaboram sobre sua própria atuação constituindo assim atitudes no exercício do governo de si mesmos (e conseqüentemente dos outros). Afinal muitas relações estão envolvidas quando uma pessoa surda que utiliza a língua de sinais precisa ter ao seu lado como intérprete uma pessoa *não surda* aprendiz da língua.

Poderíamos perguntar o que motiva um aprendiz da língua a exercer a função de intérprete para uma pessoa surda. Ou seja, que leva esse aprendiz a acreditar que pode atuar junto a um surdo usuário da língua de sinais? O que leva esse sujeito não surdo a compartilhar o espaço com outros profissionais usuários da língua de sinais? O que o subjetiva como intérprete profissional? São estas e muitas outras perguntas que me motivam neste trabalho.

Em sua dissertação de Mestrado em Educação, Xavier (2012) procura mostrar como se dá a inserção do intérprete no contexto escolar, priorizando em sua análise os anos finais do ensino fundamental. Ao dissertar sobre como surgiu o intérprete de libras educacional, a autora faz referência a Declaração de Salamanca que refletiu sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/96). Entre as ações

previstas para essa preparação está a utilização de tradutores e intérpretes de libras<sup>14</sup>.

A autora também trata do documento da Política Nacional de Educação Especial, de 2008, que institui o atendimento educacional especializado como espaço de atendimento aos sujeitos com deficiência (deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual), transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, e faz menção ao intérprete de Libras afirmando:

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve [...], os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008).

Xavier (2012) fala sobre a formação apressada para que a demanda de intérpretes seja suprida. Essa afirmação leva-nos a entender que a preocupação principal é ter à disposição na escola, na sala de aula o intérprete de libras e, não necessariamente, trabalhar/ questionar/ estudar como os conteúdos são traduzidos e assimilados pelos alunos surdos. Segundo a autora,

(a)lgumas Secretarias de Educação, preocupadas em resolver o problema da inclusão do surdo, mas sem possibilidades imediatas de fazê-lo de pronto, resumem a inclusão desse aluno à contratação de intérpretes de Libras para cada sala ou espaço onde houver aluno surdo, sem, no entanto, apresentar uma política definida do trabalho desse profissional, uma discussão ética e produtiva ou até mesmo um projeto pedagógico e político de inserção do intérprete de Libras no espaço escolar. Nesse contexto, observamos a contratação de intérpretes, pessoas com apenas os cursos de Libras básico, de 120 horas, e sem nenhuma reflexão sobre as especificidades de sua atuação no espaço educacional (XAVIER, 2012, p. 33-4).

De acordo com Lodi (2002), que escreve a respeito da atuação desse profissional, os intérpretes de libras

[...] tem uma tarefa importante no espaço escolar, seu papel e modos de atuação merecem ser mais bem compreendidos e refletidos. A inclusão do

---

<sup>14</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2015.



intérprete não soluciona todos os problemas educacionais dos surdos, sendo necessário pensar a educação inclusiva, em qualquer grau de ensino, de maneira ampla e consequente (LODI, 2002, p. 279).

Se, segundo essa autora, a presença do intérprete não soluciona todos os problemas educacionais dos surdos, sua atuação no atual momento da história pode ter outras configurações.

É necessário pensar o papel do intérprete como *intelectual* na chamada educação inclusiva. Xavier (2012) fala da necessidade de uma discussão ética quanto a essa inserção do intérprete de libras. É ao cuidar de si, atento ao que pensa e ao que se passa no pensamento que esse profissional, como *intelectual*, pode falar com propriedade sobre a prática educativa perante os educadores, trazendo uma discussão produtiva sobre sua atuação e educação de surdos<sup>15</sup>.

Em sua dissertação de mestrado em educação, Nantes (2012) busca identificar as significações na formação do intérprete de língua de sinais na mediação da comunicação. A autora realiza essa análise observando a formação do intérprete de língua de sinais para atuar no ensino superior e também constatando que a constituição do profissional intérprete está em vias de se estabelecer, sendo os principais motivos disso a ausência de formação adequada dele e também da elaboração do código de ética profissional. É destacada a preocupação do intérprete mais voltada a questões políticas do que com o cuidado de si e com o outro.

A autora menciona que um dos pontos negativos de sua pesquisa é que

[...] além da falta de formação específica do intérprete de língua de sinais, foi a falta de postura profissional, atitude ética no ato da interpretação. Não basta saber a língua de sinais, precisa ter envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação (NANTES, 2012, p.81).

---

<sup>15</sup> No capítulo 4 da presente dissertação, a partir da página 44, apresento considerações aprofundadas a respeito da noção de *intelectual*. Segundo Foucault (2001) há a figura de um *intelectual universal* e a figura de *intelectual específico*.

Em sua dissertação, Nantes (2012) põe a conduta ética-profissional do intérprete de língua de sinais em relevo por meio de relatos e, visando isso, cita o caso de um intérprete que dormiu na sala de aula perante todos, constringendo o aluno surdo. A autora acredita que, com a formulação de códigos de ética, isso pode ser resolvido.

As dissertações de Xavier (2012) e Nantes (2012) levam-nos a refletir sobre os posicionamentos dos intérpretes diante do fato de saberem os motivos pelos quais o Estado os estabelece na educação especial como profissionais na educação de surdos, diante da necessidade de cumprir rituais da atualidade por terem certificados ou serem aceitos em processos seletivos para atuar como intérpretes.

Em sua dissertação de mestrado (2008) e em sua tese de doutorado (2013), Martins se utiliza dos estudos foucaultianos para trabalhar inicialmente, em seu mestrado, as relações de saber e poder na inserção do intérprete de língua de sinais na inclusão escolar de surdos e, em seguida, em sua tese, para analisar trajetórias, atuações e relações de ensino com a presente figura do intérprete educacional incluído na dinâmica escolar.

A dissertação de Martins (2008) objetiva deslocar a atuação, usualmente técnica, do intérprete apostando no processo de encontro pedagógico não limitado numa relação meramente instrumental, mas concebendo a atuação desse profissional como um ato educativo e de ensino.

Em consonância, em sua tese a autora (2013) objetiva teorizar e afirmar pelo menos três modos de mestria presentes em variadas salas de aula, especificamente onde há alunos surdos e intérpretes: o mestre explicador, o mestre revelador e o mestre emissor de signos. Ela busca em sua tese afirmar que um mestre se ocupa com o processo e não com o produto. A autora intenta afirmar, que, em toda a relação de interpretação em contexto de ensino, o intérprete será convocado, de alguma forma advinda do aluno surdo, a atuar como mestre. Isso nos leva a refletir nas/ sobre as

atitudes de intérpretes, não só no espaço escolar, mas também em outros em que são convocados a não se limitarem ao ato interpretativo.

O objetivo de fazer o levantamento de diferentes trabalhos que fazem circular diferentes saberes sobre o intérprete é localizar essa pesquisa que pretende apresentar o intérprete como *intelectual específico* que além de atuar como profissional da/ na educação de surdos, exerce sua função em outros espaços. Este trabalho parte da possibilidade de pensar sobre esse sujeito que, em determinado momento de sua história, se constitui ou se subjetiva intérprete de libras e assume para si essa responsabilidade de *intelectual específico* que não se limita a formação acadêmica como tradutor-intérprete, mas vai além de um envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação.

### 3 PERCURSOS METODOLÓGICOS: A CONFISSÃO

Ao iniciar este capítulo busco apresentar minha hipótese que é entendermos o intérprete de Libras como *intelectual específico*, conforme apresentado na Introdução, e que segundo Foucault (2013) a função dele não é modelar a vontade dos outros, mas renunciar se considerar portador da verdade. Entender o que pode ser sua ética, qual sua responsabilidade e de que verdades necessita para conduzir a si mesmo e a outros (FOUCAULT, 2013, p.48, 129).

Ao utilizar a noção de *intelectual específico* para pensar a função do profissional intérprete de libras no contexto atual, compreende-se que em determinado momento de sua história, o intérprete assume para si essa responsabilidade, de não prescrever definindo o que é e o que não é, ou será; a responsabilidade de reformular os problemas, que muitas vezes vai além de um envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação. Proponho dialogarmos sobre como o intérprete de libras se constitui um *intelectual* e como, no cuidado de si, suas atitudes e práticas o levam além das questões morais.

Na introdução desta pesquisa, no primeiro capítulo, foram levantadas algumas perguntas para direcionar este trabalho. Levantaram-se as seguintes questões de como o intérprete de Libras se subjetiva profissional de Língua Brasileira de Sinais e se vê no processo de ensino de alunos surdos. Como esse sujeito problematiza as questões emergentes e/ou cotidianas na área em que atua. Em quem se constitui esse sujeito de atitude e como esta implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento.

Independente da origem desse sujeito como usuário da língua de sinais (família de surdos, igrejas, cursos de formação ou de outros diferentes espaços), o objetivo geral é compreender como ele se constitui intérprete de libras e vai se reconfigurando como tal.

Nesse processo identifico como objetivos específicos os principais momentos de conversão destes sujeitos à prática da interpretação profissional. Pretende-se discutir como eles vêm desempenhando sua função e como são suas práticas diante das questões emergentes.

Uma vez apresentada minha hipótese, as questões e objetivos, apresento o percurso metodológico dessa pesquisa que tem como inspiração a aula de 5 de janeiro de 1983, de Foucault no curso “*O governo de si e dos outros*”. (FOUCAULT, 2011)

Na referida aula, Foucault traz a “história do pensamento”<sup>16</sup>, e explica como dois métodos, um que chama de “história das mentalidades” e outro, “história das representações”, estão inseridos na “história do pensamento” (FOUCAULT, 2011, p.4).

Por “história das mentalidades” entende-se que os sujeitos ao se narrarem fazem uma análise dos comportamentos efetivos às expressões que podem acompanhar esses comportamentos, por traduzi-los ou até mesmo justificá-los. Por “história das representações” entende-se a análise do papel que desempenham as representações, ou seja, uma análise das ideologias e uma análise dos valores representativos considerando o que é posto como regra, com um status de verdade, uma referência, uma análise das representações geradas por este conhecimento.

É nesse contexto, que me volto para as práticas dos intérpretes de libras para conhecermos a “história das mentalidades e representações” para que se possa apresentar dados à pesquisa, quanto a subjetivação do intérprete de libras, como um *intelectual específico*. Por meio da narrativa será possível entender as

---

<sup>16</sup> E por “pensamento” Foucault queria dizer uma análise do que se poderia chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos, e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis. [...] é a articulação dessas três coisas que podemos chamar, creio, de “foco de experiência”. (FOUCAULT, 2011, p.4).

significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de aprender e usar a língua brasileira de sinais.

Nas narrativas desses profissionais, nas suas “confissões”<sup>17</sup>, teremos as pistas de que suas práticas, suas atitudes os constituem *intelectuais específicos*. Em “A casa dos loucos”, Foucault (2013, p.193) pergunta “se pode haver melhor prova, indício mais seguro do que a confissão do próprio sujeito [...]?”.

É neste ritual de produção que temos de forma acessível apontamentos do objeto permanente de conhecimento e que qualifica um sujeito de conhecimento, uma forma ímpar de produção da verdade. Segundo Foucault,

[...] a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; [...]; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. (FOUCAULT, 2015, p.69)

A confissão ainda é a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro, sendo utilizada em toda uma série de relações, assumindo formas de interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas (Foucault, 2015). Para Foucault a confissão é uma das técnicas de si, um dos modos pelos quais o indivíduo pode estabelecer uma relação consigo mesmo e produzir uma série de operações sobre seu corpo, seus pensamentos e sua conduta (FOUCAULT, 1994, p.785).

À base das narrativas de vida de cada intérprete de Libras poderemos nos perguntar se é possível pensar a “formação” dos intérpretes de libras usando outras perspectivas. A partir de suas histórias, suas “confissões”, analiso fatos, instantes e/ou momentos em que os sujeitos se consideram intérpretes, e quais rituais de “batismo” os subjetivam como *intelectuais universais*, promotores e multiplicadores

---

<sup>17</sup> A “confissão” aqui não é o ritual na busca pela indulgência dos deuses ou juízes, antes, a operação de uma subjetivação (FOUCAULT, 2010, p.325, 326).

de uma verdade, e o que para eles foi decisivo em seguir a profissão de intérprete de libras.

Analiso pelas narrativas dos sujeitos da pesquisa qual o papel dos cursos de formação de tradução e interpretação em Libras na constituição e subjetivação de si como intérpretes. Neste particular, construções narrativas nas quais os intérpretes são ao mesmo tempo autores, narradores e os personagens principais. Larrosa (1994) diz:

O que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos. Em particular, das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal. (LARROSA, 1994, p. 48)

A escolha por este procedimento teórico-metodológico se dá por ser uma modalidade discursiva da experiência de si, da auto identidade, que incita o sujeito a se observar, se dizer, julgar a si mesmo, mostrar sua identidade. Segundo Larrosa (1994),

A confissão, tal como o exame em *Vigiar e Punir*, é um dispositivo que integra a produção do saber e a cerimônia do poder, o lugar onde a verdade e o poder confluem. O sujeito confessante é atado à lei e se reconhece a si mesmo em relação à lei. A confissão é um dispositivo que transforma os indivíduos em sujeitos nos dois sentidos do termo: sujeitos à lei e sujeitados à sua própria identidade. [...]. Aprender a ver-se, a dizer-se, ou a julgar-se é aprender a fabricar o próprio duplo. E a "sujeitar-se" a ele. Esse duplo está construído pela composição do eu que vejo quando me observo a mim mesmo, do eu que expresso quando me digo a mim mesmo, do eu que narro quando construo temporalmente minha própria identidade, do eu que julgo quando me aplico um critério, do eu que domino quando me governo. (LARROSA, 1994, p. 79-80)

Através das entrevistas abertas percebe-se como as verdades que circulam sobre esse profissional são constituídas. E ainda se observa as condições de possibilidades de como as diferentes formas aletúrgicas constituem certas *subjetividades intérpretes*. A partir das histórias de vida, entende-se melhor os processos de formação e subjetivação dos intérpretes entrevistados. Os processos de ser e de vir a ser dos sujeitos desta pesquisa a respeito de suas formações e de suas constituições enquanto usuários da língua brasileira de sinais.

O método narrativo oferece a oportunidade de saber desses sujeitos, as influências a que estão expostos, muitas vezes devido à não formação e, também, perceber como uma formação interfere nos seus modos de agir, como refletem, se esmiúçam, notam que sua constituição profissional tem íntima relação com a pessoal.

Tais sujeitos se interrogam sobre qual seria seu apoio para pensar serem aqueles que pensam ser e querem tornar-se, para pensar como se configuram, como se transformam, qual a base de seu pensamento, qual a fonte das ideias que acreditam ser próprias, em que se apoiam para fazer o que fazem da maneira como fazem ou pretendem fazer, com quem e como aprenderam seus “saber-fazer”, em que se apoiam para dizer o que dizem da maneira como as enunciam e de onde vem as inspirações, aspirações e desejos.

As narrativas de intérpretes com variadas formações deram-me possibilidades de realizar a pesquisa. Busquei entrevistar intérpretes com nível médio e com graduação superior. Entre os com nível superior, temos intérpretes graduados em Gestão da Qualidade, Pedagogia, Letras e Administração. Alguns desses com especialização em Língua de Sinais e a maioria em Educação Especial.

Quanto aos intérpretes entrevistados não existiu escolha quanto a questão de gênero, idade, etnia, religião, tempo de atuação, militância ou não nos movimentos da comunidade surda, atuação na área pública ou privada. A média de idade é de 27 anos, sendo a mais jovem com 19 anos e a mais velha com 34 anos. Alguns deles são oriundos de outros Estados, outros são do Espírito Santo, alguns de cidades do interior que se mudaram para a Capital.

Entre eles há filhos de surdos, há os que aprenderam Libras em cursos básico, intermediário e curso técnico ofertados pelo Estado, há os que aprenderam em igrejas ou no contato com vizinhos surdos. Metade dos intérpretes que narraram sua história de vida destacaram que aprenderam a Língua de Sinais em instituição religiosa, seja através de oficinas ofertadas pela instituição, seja pelo contato com



surdos que frequentam a igreja. Tal perfil evidencia a origem do aprendizado fora do âmbito institucional do público e privado.

Procurei contactar os que atuam como intérpretes na educação básica, contratados na rede pública municipal, estadual e privada, no ensino superior e servidores públicos federais concursados. Dentre os entrevistados, quarenta por cento atuam ou atuaram na educação básica, trinta por cento atuam no ensino superior, vinte por cento são servidores públicos federais e trinta por cento atuaram ou atuam em outras áreas.

Para este fim houve um termo de consentimento livre e esclarecido (TLCE) que esses sujeitos assinaram concordando com a pesquisa (ANEXO).

## 4 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: CONFIGURAÇÕES DO INTÉRPRETE NA ATUALIDADE

Apresento as ferramentas teórico-metodológicas a fim de refletir sobre as práticas de subjetivação do profissional tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais. Principalmente quanto ao que o leva a assumir a postura de profissional intérprete, o faz afirmar ter competências para assumir outros fazeres, como ele é conduzido a ser um modelo para outros. E como o “cuidar de si” não tem o objetivo de ditar o que é certo ou errado, mas sim de, numa atitude mostrar possibilidades de como se viver as práticas que o fazem um *intelectual* e conseqüentemente uma pessoa ética engajada politicamente.

Com o objetivo de responder à questão inicial dessa pesquisa que é como os cursos de libras, os de formação de tradução e interpretação em Libras governam e subjetivam os intérpretes fazendo-os entender não só que são intérpretes, mas também como tal pensamento influencia sua atuação e sua vida profissional, eu primeiramente abordo a legislação.

No ano de 2000, foi promulgada a Lei 10.098, em 19 de dezembro, sendo conhecida como a Lei da Acessibilidade. Dois anos depois foi assinada a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, a Lei de Libras, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. E, cinco anos mais tarde, foi assinada a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, a Lei do Intérprete de Libras. E mais recentemente, a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A partir da lei da acessibilidade, a reivindicação dos surdos pelo profissional tradutor e intérprete de libras em todos os espaços passa a ser legalizada. A referida Lei demanda no capítulo VII, relativo à acessibilidade na comunicação:

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Em 24 de abril de 2002, a Lei 10.436, a Lei de Libras, torna a língua brasileira de sinais oficial das comunidades surdas e promove o reconhecimento do profissional intérprete. Em 22 de dezembro de 2005, o decreto 5.626 regulamenta a citada Lei. O decreto trata, dentre outros assuntos, da formação do intérprete de Libras em nível superior. O capítulo V que trata da formação do tradutor e intérprete de Libras dispõe:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Posteriormente a Lei 12.319/10 regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais. O artigo 4º, que trata especificamente da formação do referido profissional em nível médio, dispõe:

Art. 4º. A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:  
I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;  
II - cursos de extensão universitária; e  
III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.  
Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é assinada e entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação oficial, o que se dá no início do ano de 2016. Em seu artigo 28º, inciso XI, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras e guias intérpretes. No mesmo artigo, no inciso XVIII sobre a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas, lê-se,

§ 2º. Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do **caput** deste artigo, deve-se observar o seguinte:  
I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;  
II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Assim, o mencionado no Decreto e nas Leis gera condições para a formação de todos os profissionais tradutores e intérpretes, e destaca as competências necessárias que o cargo exige, objetivando a presença de um profissional formado para atuar na educação de surdos.

Conseqüentemente, os Editais para contratação de intérpretes de Libras em sua maioria têm exigido certificação de acordo com a Legislação. Entretanto, os cursos de Libras oferecidos pelo Estado, como é bem especificado no Edital da Secretaria do Estado do Espírito Santo, não habilitam para a atuação como intérprete<sup>18</sup>, estando em conformidade com a Lei. Dessa forma, tais certificados não habilitam o sujeito a atuar como intérprete. O recente edital para processo seletivo para alunos dos cursos no Centro de Apoio ao Surdo (CAS) do Estado do Espírito Santo informava no item

13 - COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

[...]

13.3 – Os cursos Libras Básico e Libras Intermediário não habilitam os participantes a atuarem como Intérprete ou Instrutor de Libras.

Atualmente, a aprovação da Lei de Libras de 2002 e o Decreto de 2005 que a regulamentou trouxe para o espaço da escola os intérpretes de Libras que, por sua vez, são indivíduos de diferentes formações, como filhos e parentes de surdos, sujeitos do serviço voluntário em igrejas, entre outros.

*[...] eu tenho 26 anos, sou intérprete de Libras e o meu primeiro contato com a língua de sinais foi em junho do ano de 2007. Foi quando eu comecei a frequentar o Salão do Reino das Testemunhas de Jeová adaptado a Língua de Sinais e o meu objetivo principal foi aprender Língua de Sinais para poder fazer esse trabalho voluntário que é de ensinar a Bíblia para o surdo. [...] eu comecei a ter um relacionamento com um surdo, fiquei casada durante seis anos com um surdo e isso me ajudou bastante também a desenvolver a Língua de Sinais. (INTÉRPRETE "U")*

---

<sup>18</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação – SEDU. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**. Vitória, 27 mar. 2015. Edital nº. 005/2015 - SEDU. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Banco%20de%20Documentos/PDF/2015/Mar%C3%A7o/EDITAL0052015LIBRAS.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

*[...] me entendo como intérprete desde quando eu nasci. Então eu me entendo de intérprete desde quando minha mãe perguntava "que, que ele está falando"? "Que, que sua tia está falando"? "Que, que a nana está falando"? "Que, que não sei o que está falando"? Tudo era eu ou a minha irmã. Minha irmã já era um pouquinho mais diferente de idade, grande. Então quando ela saiu eu que atuei como isso. Como intérprete. (INTÉRPRETE "L")*

Esses e outros que não tiveram tais origens procuram os cursos de libras ofertados pelo Estado, gratuitos, ou cursos particulares com conteúdo programático aquém do necessário para atuação como intérprete. Alguns confessaram o seguinte:

*[..] ele me indicou um curso básico de Língua de Sinais pelo Estado que eu fiz... Não foi uma experiência proveitosa porque na ocasião era um curso praticamente, estritamente teórico não tinha Língua, ensino de sinais ele falava que a gente ia aprender no segundo módulo, no segundo módulo que nunca chegou na verdade. (INTÉRPRETE "N")*

*[...] eu não tinha feito o curso de Libras que me desse um respaldo, uma base teórica, uma base pratica dos conhecimentos que ele realmente adquiriu ou o conhecimento que necessitaria ter. (INTÉRPRETE "I")*

*[...] fiz um curso básico [...] eu não aprendi quase nada [...]. (INTÉRPRETE "G")*

Todos esses sujeitos trouxeram consigo suas subjetividades, alguns com mais certezas do que dúvidas sobre como proceder no espaço educacional já que se conduziam como intérpretes em outros espaços, sendo o educacional o espaço primeiro de atuação profissional como intérprete de Libras. Logo, com as legislações indicando para a inclusão de todos em todos os espaços, o educacional entra como espaço privilegiado de constituição de subjetividades inclusivas<sup>19</sup> e por isso tornando-se lócus de construção da profissão do intérprete de Libras.

---

<sup>19</sup> Segundo Menezes "as subjetividades inclusivas poderiam ser identificadas com aquelas que, entre outras coisas, tivessem condições de acesso, sem restrições, à vida social; se sentissem estimuladas, pela oferta de igualdade de oportunidades, ao autoinvestimento, desenvolvendo suas

Inspirados em Sennett (2012), podemos pensar sobre os rituais de formação dos intérpretes de Libras como “batismos” em diferentes momentos da vida uma vez que “ (o) batismo certamente tinha e continua tendo elementos mágicos de espetáculo” (SENNETT, 2012, p.128).

Antes da legislação específica que institucionaliza o profissional intérprete de Libras, os sujeitos se constituíam nas relações íntimas e diárias com amigos, parentes surdos, por exemplo. Podemos afirmar, na esteira de Sennett (2012) que o ritual que constituía alguém intérprete de libras se dava metaforicamente, como o batismo católico, por “aspersão”, como respingo. Ou seja, os intérpretes por estarem junto de parentes e amigos surdos, passavam por esse ritual de “aspersão” pois só assim era autorizado que o não surdo atuasse como intérprete, deixando claro o caráter familiar e íntimo dessa prática.

*[...] sou filho de surdos, [...] eu interpretava... interpretava para o meu pai, para minha mãe.... Para mim era algo natural, sempre foi natural e em todas as necessidades que eles tinham desde consulta médica, ir ao banco, supermercado, comprar uma televisão sei lá. (INTÉRPRETE “D”)*

*[...] a língua de sinais assim de forma efetiva foi de um curso que eu fiz de uma semana [...]. O colega decidiu convidar um surdo do Rio para dar um curso intensivo de uma semana .... Eu lembro que eu tirei oito e meio nessa prova. E.... depois disso na outra semana, nas outras semanas, eu comecei a interpretar... (INTÉRPRETE “S”)*

Com a legislação específica novos rituais de formação foram requeridos para esses sujeitos intérpretes. Sennett (2012) se refere a mudança histórica do ritual do batismo, na época de Martinho Lutero que acrescentou ao espetáculo do batismo, a imersão em água clara e limpa, por opção do indivíduo na busca da salvação.

---

habilidades e competências; alcançassem autonomia em suas ações para que pudessem bem usufruir do acesso que lhes era ofertado, tornando-se sujeitos capazes de inclusão no jogo econômico do neoliberalismo”. (MENEZES, 2011, p. 43).

Rituais como a aprovação no Prolibras<sup>20</sup>, a entrada nos cursos de Letras/Libras, cursos técnicos de interpretação e outras capacitações ofertadas principalmente por órgãos públicos, confere o caráter de espetáculo requeridos para a formação desses profissionais. Sennett (2012) afirma: "Dava ênfase ao sujeito molhado, e não ao padre que o molhava, renovando as práticas cristãs iniciais de imersão de adultos; o que importa é a decisão de renascer (SENNETT, 2012, p. 128, 129)". Os próprios "batizados por aspensão", voltam para buscar outros rituais que os legitimem como intérpretes de Libras. Ou seja, só a "aspensão", não se torna mais suficiente.

Por mais que o ritual cristão proposto por Lutero seja uma opção, a legislação, coloca como condição de "ser intérprete" aqueles que passem pelas formações institucionalizadas. Logo, o que poderia ser classificado como "opção" passa a ser a forma mais eficaz de governar os sujeitos que atuam nos espaços de inclusão como intérpretes. E até mesmo condição para a classificação desse sujeito intérprete como profissional.

O Prolibras (Exame de Proficiência em Libras) instituído pelo Decreto 5.626/05, e exigido na Lei 13.146/15 como o mínimo de certificação em Libras para atuar na educação básica, tem sido hoje considerado o exame de maior peso para avaliar e certificar os intérpretes de libras. Este exame tem sido um divisor de águas entre o ser e o não ser intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

Nota-se por meio desse exame uma mudança no ritual de "conversão" uma vez que a ênfase hoje está no sujeito que decide renascer e não mais no "padre", o surdo, mas na "imersão" do sujeito que se submete a um Exame, está ali "para se molhar" e poder provar que é um novo intérprete, um outro, devidamente "batizado" e podendo assumir esse papel na sociedade de forma institucionalizada ao ter sido aprovado.

---

<sup>20</sup> O Exame de proficiência é conhecido nacionalmente como Prolibras. – Decreto 5.626/05. Segundo Pereira (2008), antes mesmo do Prolibras já ocorreram exames nos anos de 1997 e 2000 realizados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. – (PEREIRA, 2008. P. 16, 22, 67, 68.)

*Aí quando foi em dois mil e treze eu fiquei sabendo do Prolibras e sabia que era um exame de proficiência, eu já tinha fluência no inglês e eu falei, eu não tenho proficiência na língua de sinais, eu sei o meu limite, mas eu vou tentar fazer. Aí eu fiz para tradutor intérprete, passei também. Aí falei, opa eu tenho uma certificação de peso, passa por uma banca mais apurada, talvez eu seja intérprete de fato. (INTÉRPRETE "N")*

*E através do Prolibras eu consegui uma escola, consegui colocar em prática tudo que eu já aprendi. (INTÉRPRETE "I")*

Segundo Foucault (1997, p.164) “O poder disciplinar é com efeito um poder que, [...], tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. ” O uso de procedimentos, segundo Foucault (p.164), “menores” comparados aos rituais majestosos, os grandes aparelhos do Estado, logram sucesso por serem instrumentos simples, tal como a sanção normalizadora associada ao procedimento específico, o exame.

O Exame permite qualificar, classificar, estabelecendo de modo visível quem são aprovados. O Exame é altamente ritualizado. “Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.” (FOUCAULT, 1997, p.177)

Por se tratar de uma prática de governo (Veiga-Neto, 2002) do profissional intérprete, este exame quantifica, classifica e seleciona aqueles que vão atuar nos órgãos públicos e privados, sendo inclusive requisito mínimo para contratação na maioria dos concursos públicos para intérpretes de Libras. E assim, também os subjetiva uma vez que com a aprovação do mesmo, os intérpretes passam a ser visíveis e categorizados bem como habilitados para atuarem. Este exame trata-se de um exercício de verificação da profissão atualmente. Ser aprovado por ele, significa que “de FATO” se é um intérprete e separa os aprovados numa categoria imediatamente superior aos não aprovados.



Assim, uma das formas de constituir-se intérprete de libras é ser aprovado nesse ritual. Isso torna o sujeito convertido em alguém especial que agora sim tem uma ligação legitimada com o surdo. Estar entre os aprovados faz desse sujeito alguém com *status* de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais. Na sociedade “[...] quando o ritual se transforma em espetáculo, alguma coisa acontece às comunidades e aos indivíduos. O espetáculo transforma a comunidade em uma hierarquia em que aqueles que estão na base observam e servem [...]” (SENNET, 2012, p. 135).

No que concerne ao Exame de Proficiência, Quadros (2009) chama a atenção para o fato de que “ (o) exame Prolibras não substitui a formação em todos os níveis educacionais. [...] o exame Prolibras vem resolver uma demanda de curto prazo” (QUADROS, 2009, p.23). O exame visa identificar a proficiência, a mestria, a capacidade, o conhecimento da pessoa em uma determinada língua. Os aprovados recebem a certificação que “habilita” para o exercício da profissão. É um exame misto, pois tanto identifica a proficiência como certifica a pessoa. Esse exame é algo inédito no Brasil por aplicar um exame em língua de sinais para um número irrestrito de candidatos em todo o território nacional simultaneamente.

Apesar de saber que o exame Prolibras não forma, muitos ainda tem creditado a ele a sua profissionalização pelo caráter monumental em que ocorre e principalmente porque há um privilégio em ser “selecionado pelo Governo”.

Em meio ao pacote de formação institucionalizada pelas legislações específicas para essa categoria, o curso Letras Libras, bacharelado, entram com força nas universidades federais. O próprio Ministério da Educação tem criado financiamentos específicos para a criação desses cursos. A Lei 13.146/15<sup>21</sup> é bem específica em

---

<sup>21</sup> BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Artigo 28º, inciso XVIII, § 2º, inciso II. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.

exigir nível superior, com habilitação, em Tradução e Interpretação em Libras para o profissional poder atuar em interpretar em cursos de graduação e pós-graduação.

Os que têm graduação em Letras/Libras afirmam que, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Libras (2012), o perfil do Bacharel em Letras/Libras é de profissional apto para atuar como tradutor e intérprete de Libras-Português em diferentes contextos institucionais. Os objetivos do Curso de Letras/Libras são:

[...] produzir e divulgar conhecimento nas áreas de língua, literatura e cultura, buscando disponibilizar os meios que possam contribuir para a capacitação do [...] futuro bacharel, integrados à sociedade através da formação de profissionais competentes, críticos e criativos. [...] De acordo com o que preconizam os pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1363/2001, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, entre outros, o Curso de Letras Libras pretende formar profissionais que sejam capazes de lidar com as linguagens, nos contextos oral, sinalizado e escrito, e com a interculturalidade – construindo e propagando uma visão crítica da sociedade (Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras-Libras, 2012, p.17, 18).

Em harmonia com os objetivos propostos para o Curso, o bacharel em Letras Libras deve dominar o uso da Língua Brasileira de Sinais, objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, atento às variedades linguísticas e culturais, envolvendo-se socialmente em assumir posturas que contribuam para a consciência do outro.

Nas relações estabelecidas nesses novos rituais de formação, determinados pela legislação ao trazer a formação em nível superior, o Letras/Libras e os Cursos Técnicos em nível médio, passa a exigir desses indivíduos uma espécie de “reconversão” inclusive daqueles anteriormente “batizados” pelo exame.

Aqueles que ingressam no curso de graduação por meio de uma seleção restrita que é característica de vestibulares de universidades federais, passam a ter e a considerar uma posição melhor do que os apenas aprovados no Exame de Proficiência em Libras. E assim, aqueles que não buscam a formação acadêmica se

resguardam no Exame de Proficiência em Libras como selo de garantia de suas práticas interpretativas, independentemente de sua formação profissional.

*[...] eu vejo falar pelo pessoal que faz Letras Libras que fala que é muito difícil que tem muito sinal ou que tem muito não sei o que, mas para mim é uma forma meio que natural, eu não... Eu não utilizo essas.... Essa formação, essa coisa, a minha formação é minha mãe e meu pai. (INTÉRPRETE "L")*

*[...] eu até tentei o Letras Libras na época que surgiu aqui na UFES a distância, mas eu não passei e acho também que se tivesse passado talvez eu não teria aprendido tudo que eu deveria para ser uma intérprete, talvez não, eu acho que um curso a distância não ensina você a ser um intérprete profissional e eu acho que eu aprendi mesmo com o contato com os surdos com a comunidade [...]. (INTÉRPRETE "G")*

Além dos rituais serem classificados como passagem de um estado a outro, ele também pode ser estabelecido pela repetição de um comportamento. Muitas práticas no cotidiano dos intérpretes passam a ser legitimadas como práticas de um “intérprete de verdade” por conta da repetição. Quando uma prática se torna um rito arraigado a sua vida, estabelece um padrão e uma verdade que, com o tempo, torna-se hábito.

Segundo Sennett (2012, p. 115) “os rituais tornam-se insípidos quando ficam presos ao primeiro estágio de aprendizado, o estágio de um hábito; se passarem por todos os ritmos da prática, haverão de se renovar automaticamente”. Os rituais podem ser construídos como práticas autônomas pois dependem da repetição, da rotina, para serem intensos, ou seja, concentram-se nas especificidades, ocorrendo o mesmo processo de impregnação a todos. Os intérpretes de Libras também são subjetivados por receberem orientações ou regras sobre seu trabalho, ordens de diferentes fontes, institucionais ou de parceiros na profissão, tais como a maneira de se vestir, seu papel na instituição de ensino junto a alunos surdos simplesmente pela repetição que cria um padrão de comportamento.

Os rituais podem transformar em símbolos, objetos, movimentos corporais, ou palavras inexpressivas, afinal, os objetos, os gestos corporais e a linguagem, passam por um processo de transformação, adquirindo um significado denso. Assim, muitas vezes, sem um processo forte de discussão e reflexão, os códigos de ética podem ser construídos baseados em verdades constituídas a partir de comportamentos repetidos constantemente. Usar roupa de cor única, não usar pulseira ou relógio são práticas que passam a simbolizar ética e profissionalismo. Assim as verdades que são construídas por meio de práticas rotineiras, ficam no estágio do hábito sem “reinterrogar as evidências e os postulados, sem abalar os costumes, os modos de se fazer e de pensar” (GROS, 2004, p.45).

*[...] até em questão de roupa, a faculdade tinha falado assim, tudo preto. Obedeci a faculdade, mas a aluna falou assim, “Você não é emo, você não é viúva, você não está revoltada, você é muito feliz para usar preto”. Aí eu falei assim: “É, mas eu estou cumprindo ordens”, [...]. Mas isso tudo eu penso assim, se eu tivesse contestado com ela, “Nossa, eu não posso fazer isso, [...] porque eu sou subordinada”. Se me falou para usar preto eu vou usar preto. Se eu vou usar rosa, eu vou comprar um monte de roupa rosa e vou usar. (INTÉRPRETE “A”)*

O que apresentei até o momento busca responder à questão inicial da pesquisa que é como os cursos de libras, os de formação de tradução e interpretação em Libras governam e subjetivam os intérpretes e como tal pensamento influencia sua atuação e sua vida profissional.

Como dissemos no capítulo anterior minha hipótese é o intérprete de Libras ser um *intelectual específico* (FOUCAULT, 2013), no contexto atual, compreendendo-se que em determinado momento de sua história, ele assume para si essa responsabilidade. Assim, neste momento, passarei para as considerações quanto a noção de *intelectual específico* e como se constitui o intérprete de Libras nesse sujeito de atitude, com práticas que vão além do que os editais requisitam na função.

## 4.1 O INTÉRPRETE DE LIBRAS: INTELECTUAL ESPECÍFICO

Ao olhar para os saberes constituídos sobre uma área como a da interpretação de Libras e até mesmo os rituais de formação e configuração deste profissional em nossa atualidade, este trabalho defende a posição de *intelectual específico* para esse profissional.

A noção de *intelectual específico* redefinida por Foucault (2006)<sup>22</sup> e que utilizo na pesquisa consiste no presente ver o intérprete de Libras na função de *intelectual* que diagnostica o momento que vive, não o que viverá.

Foucault (2001) opõe a figura de um *intelectual universal* (aquele que reivindica a universalidade do que é justo, correto e verdadeiro) a figura do *intelectual específico* (aquele que problematiza por retomar a medida das regras e das instituições, pondo em jogo esse ofício).

O *intelectual universal* acredita representar a consciência de toda a sociedade, detentor e portador da verdade e da justiça, podendo discernir o verdadeiro do falso, quanto ao que 'deve ser', do que 'deve acontecer' (FOUCAULT, 2013, p.130). Ele acredita nos valores éticos (*éthos*)<sup>23</sup>, verdades que culturalmente lhe são impostas, admitidas, e estas o governam e, conseqüentemente, irão governar outros, pois circulam como se fossem verdades (CANDIOTTO, 2010, p.125). Esse *intelectual*

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber. Col. Ditos e Escritos IV**, p. 37, 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>23</sup> É importante entender a diferenciação entre *éthos* e *êthos*. O *êthos*, grafado com *eta* (**ἦθος**), remonta a Homero, e o *éthos*, com *epsilon* (**ἔθος**), a Ésquilo, o fundador da tragédia grega. O *êthos* (**ἦθος**) tem uma significação um tanto abstrata, na medida em que designa os usos e os costumes enquanto relativos a modos (genéricos) de viver, ou seja, a uma sabedoria. *Éthos* (**ἔθος**) designa mais ou menos a mesma coisa, mas, fundamentalmente, a tradição, no sentido de *o que é habitual*, corriqueiro, usual, etc., e que vem a se impor como uma sabedoria (SPINELLI, 2009, p.9). Podemos então entender que o *éthos* está relacionado àquilo que é habitual, corriqueiro, usual, muitas vezes não derivado da razão, mas uma rotina, um ritual, algo que é como uma etiqueta, no sentido de comportamento ético.

*universal*, por exercer qualquer forma de hegemonia sobre a sociedade visa alcançar uma sociedade justa e igual para todos (GROS, 2004, p.41, 44, 47).

O *intelectual específico* não é o portador de valores universais. Ele ocupa uma posição específica, não de ser um canal repetidor/retransmissor de verdades postas, mas como sujeito de produção da verdade. Ele não tem a função de criticar valores e regras, mas, antes, de saber se é possível que nesses valores e nessas regras possa surgir uma nova política da verdade. Não é pela crítica que mudará a consciência dos outros, mas a possibilidade de mudar o regime institucional, político de produção de verdade (GROS, 2004, p.42).

A função de um *intelectual específico* não é dizer aos outros o que eles devem fazer. Para Foucault (2003) é preciso pensar o papel do *intelectual*, tanto através de uma definição da sua relação com o saber quanto da definição da maneira como ele intervém na sociedade. O *intelectual específico* participa na formação de uma vontade política, onde desempenha a sua função, inserido na seguinte especificidade, sua posição social, suas condições de vida/ trabalho e o que está posto como verdade na sociedade.

Foucault (1984) em uma de suas entrevistas respondeu que os gregos consideravam liberdade como a não escravidão. Ter liberdade é ser ético (êthos), uma maneira de ser e de se conduzir, modo de ser de um sujeito. Um escravo não tem ética (êthos) pois não tem essa forma concreta de liberdade<sup>24</sup>. Ser livre significa não ser escravo de si mesmo e de seus interesses ou desejos. Isso envolve domínio de si. Foucault (1984) acrescenta dando à liberdade individual um papel muito importante, implicando uma responsabilidade do sujeito para com outros, dizendo que:

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política. Col. Ditos e Escritos V**, p. 264, 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

O *êthos* também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente, seja para exercer uma magistratura ou para manter relações ou para manter relações de amizade. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com o outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Assim o problema das relações com os outros está presente ao longo do desenvolvimento do cuidado de si. (FOUCAULT, 2014. p. 264)

O intérprete de Libras, sabedor de um conjunto de valores e de regras de ação prescritivos, ao se sujeitar a outro governo, seu comportamento é avaliado e, cumprindo esses costumes e regras, aceitando ser governado por outros, é aplaudido por sua ética (*êthos*), que vem a se impor como uma sabedoria. Todavia, ao não aceitar ser governado por outros, governando a si mesmo, cuidando de si, problematizando o que é posto como verdade, compreendendo que pode modificar tal verdade em certos pontos, analisando os campos que são seus, passa a participar da formação de uma vontade política, desempenhando seu papel de cidadão, exercendo sua ética (*êthos*), ou seja, uma sabedoria. E assim o sujeito cumpre seu papel como *intelectual específico*.

Quanto à essa atitude “ética”, diz respeito à maneira pela qual cada um se constitui em si mesmo como sujeito moral do código. Esse sujeito, ao receber um código de ações, ou conjunto de valores e regras, interroga, problematiza, pois compreende que há diferentes maneiras de se conduzir a si mesmo dentro do código moral, um cuidado de si, um movimento em si que requer atenção fazendo de si mesmo sujeito de estudo em condições de debater seu próprio destino. Esse profissional evidencia uma atitude ética (*êthos*) de um *intelectual específico*.

Problematizar aqui é fazer com que alguma coisa que existe, que está colocada por outros, ou instituições, seja objeto para o pensamento. A ética não se resume a conhecer às regras e que, questioná-las com um discurso, para expor que há um oposto, se resolva a questão.

Continuando o raciocínio a respeito da atitude ética do *intelectual específico*, busco a fala de Foucault, como professor de filosofia ao término de sua aula em 22 de fevereiro de 1984, quando diz que é preciso “para um professor de filosofia, dar pelo menos uma vez na vida uma aula sobre Sócrates [...]” (FOUCAULT, 2011, p. 134). Foucault faz de Sócrates um exemplo da coragem da verdade, tentando mostrar que Sócrates articula a exigência da *parrhesía*<sup>25</sup>.

A definição de *parrhesía* designa a qualificação ética (*êthos*) do sujeito em oposição às práticas de direção de consciência. Ela também está em oposição à retórica, cuja técnica é persuadir e convencer alguém, a arte de falar algo que não é inteiramente o que pensa. A função do *intelectual específico* consiste na enunciação de discursos que objetivam a constituição do *êthos* daquele a quem se dirigem as palavras. Segundo Foucault (2009), a qualificação desse intelectual *parrhesiasta* é a sua coragem da verdade (CANDIOTTO, 2010, p. 144).

Segundo Kohan (2008), o que fazia de Sócrates, de Atenas, uma pessoa diferente era ele não crer saber, ser “o único que sabe da própria ignorância” (KOHAN, 2008, p.23). Para Sócrates, o principal defeito de um ser humano é ignorar sua ignorância.

O intérprete de libras ao receber o que está postulado por outros, ser governado por outros, pode acreditar que é portador e detentor dessas verdades. Por acreditar que já sabe o suficiente para atuar como intérprete, seja qual for sua formação, sua ilusão de que sabe quando nada sabe, ele fecha-se para aquilo que ignora que existe e lhe permitiria cuidar de si e dos outros. Isto geraria um princípio de vida, um sentido de viver de acordo com o que pensa e não do que pensam que ele é.

---

<sup>25</sup> Segundo Foucault (2010) “A *parrhesía* (a *libertas*, o franco falar) é essa forma essencial [...] à palavra do diretor: palavra livre, desvincilhada de regras, liberada de procedimentos retóricos na medida em que, de um lado, deve certamente adaptar-se à situação, à ocasião, às particularidades do ouvinte; mas, sobretudo e fundamentalmente, é uma palavra que, do lado de quem a pronuncia, vale como comprometimento, vale como elo, constitui um certo pacto entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta. O sujeito que fala se compromete. No mesmo momento em que diz: ‘eu digo a verdade’, compromete-se a fazer o que diz e a ser sujeito de uma conduta que obedece ponto por ponto à verdade por ele formulada. É nesse sentido que não pode haver ensinamento da verdade sem um *exemplum*” (FOUCAULT, 2010, p. 365).



Ao refletir suas práticas caberá ao próprio sujeito ressignificar suas relações demonstrando uma ética (*êthos*), dando forma a quem ele é e não sendo unicamente moldado esteticamente segundo outros, sendo ético (*éthos*). O sujeito intérprete de língua brasileira de sinais, no espaço que estiver atuando, deve refletir em como está sendo conduzido e conduzindo outros ao problematizar as verdades deste mundo. Essa reflexão sobre o intérprete de Libras como *intelectual específico* nos permite pensar nos que trabalham nas mais diferentes áreas e das possibilidades no presente.

Segundo Foucault (2013), que nos ajuda a pensar do que se poderia chamar de atitude de modernidade:

Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de êthos (FOUCAULT, 2013, p.358).

Quando o intérprete de Libras se posiciona como sujeito das relações sociais preestabelecidas e procura ressignificar suas relações por meio de uma *atitude de modernidade*, atitude crítica que consiste na compreensão de quem somos, da criação de novas modalidades de ser e de viver pode assim transformar o padrão imposto.

Esta atitude crítica consiste na possibilidade de ser e de viver de outro modo. Pode-se entender como uma atitude que supõe a limitação de poder dos discursos de verdade sobre o indivíduo. Considerando o que são tais discursos que pretendem dizer uma verdade para o sujeito, o *intelectual específico* procura saber quais são os efeitos de subjetivação a partir da própria existência de discursos.

O intérprete, por meio dessa prática, demonstra poder governar a si mesmo com sua responsabilidade como *intelectual*. Ele passa a poder dizer com propriedade o que pensa e vive, mesmo que isso lhe custe algo, pois está em jogo seu ofício de

*intelectual específico*. Essa transformação, modificação, deslocamento de si por suas práticas, experiências, renúncias, tem um preço a pagar para ter acesso à verdade. “A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito” (FOUCAULT, 2010, p.15, 16).

Ao demonstrar em sua vida que o que fala e o que faz estão em harmonia, se expõe ao risco por enunciar uma verdade. Mostra por seus atos que não se limita ao que acredita, mas à medida que crê no que diz, aplica essa verdade a si mesmo. Ademais, a enunciação da verdade é a enunciação de uma crítica.

O intérprete de libras, ao ter uma atitude, agindo para operar uma crítica determinada, em uma área de sua competência, sobre um ponto específico, precisará ter disposição de não ser compreendido e aceito. Esse sujeito com atitude tem disposição de colocar a si mesmo em questão, não permitindo estar interditado pelo que lhe é posto através de ações positivas do Estado.

Em nosso tempo, a contratação do intérprete de libras (subjetivado pelos rituais de que é um profissional na educação), independentemente de sua formação tem por objetivo evidenciar que os surdos são assistidos pela Educação Especial o que os dá possibilidades no aprendizado. Revisitar outras práticas de outro tempo que influenciaram na existência desse profissional, possibilitará entender as atitudes do intérprete de libras como *intelectual específico*.

Na história da educação dos surdos, em fins do século XVII médicos que eram inicialmente preceptores foram incorporados às instituições especializadas e influenciaram o traçado das diretrizes educacionais, gerando alguns conflitos. O conhecimento produzido no campo da medicina contribuiu no campo pedagógico como desenvolvimento das possibilidades. Segundo Werner (1949) muitos médicos, ao descobrirem que a mudez dos sujeitos surdos era devido à perda da audição, “se desviaram” da medicina e passaram a investigar as possibilidades de aquisição do conhecimento por parte do surdo. Isso possibilitou inúmeras iniciativas no campo

pedagógico, no caso dos surdos, possibilidades de aquisição e compreensão da fala e do conhecimento que atendessem às necessidades da vida cotidiana (SOARES, 1999).

O papel da medicalização como estratégia de educação de surdos é perfeitamente compreensível. A própria formação de muitos desses médicos fez com que focassem nas estratégias para que os surdos, que não eram mudos, utilizassem o aparelho fonador natural para a produção da fala. Segundo relato de Werner (1949), havia discordância devido ao critério para agrupamento de alunos surdos. Os pedagogos defendiam a ideia de agrupar os alunos de acordo com o grau de inteligência, enquanto os médicos queriam que fosse de acordo com o nível de audição.

No Brasil, a educação de surdos se iniciou em 1857 com a criação no Rio de Janeiro do Instituto Nacional de Surdos Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos<sup>26</sup>. Em 1950, em alguns Estados foram criadas as classes especiais nas escolas de ensino regular. Posteriormente, em 1974, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) afirmava que seria preciso expandir, com maior urgência possível, o “número de oportunidades de educação para os excepcionais [...]” (Brasil. MEC.CENESP, 1974: 19).

Mais adiante na corrente da história, em 1994, na Espanha, a Declaração de Salamanca teve como objetivo a promoção da “Educação para todos examinando as mudanças políticas fundamentais necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, [...]” (Conferencia Mundial de Educación sobre Necesidades Educativas Especiales, 1994: IV).

Com o propósito de efetivar o ideal da universalização dos direitos individuais como uma possibilidade, a noção de inclusão em todas as esferas, não sendo

---

<sup>26</sup> BRASIL. INES. < <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>>. Acesso em 16 mai. 2016.

exclusividade a educacional, é uma das estratégias contemporâneas com estatuto privilegiado de imperativo de Estado. Falar sobre inclusão é um tema de grandes debates e de interesse para aqueles que se debruçam em sua significação. Todavia, abordar inclusão neste trabalho é abrir a oportunidade para se tratar dos mecanismos utilizados que dizem respeito à educação de sujeitos que, segundo as políticas públicas da educação especial, tem garantido o ensino. Irei fazer tal abordagem com base em Michel Foucault (2005, 2008) e outros autores, por exemplo, Veiga-Neto (2006), Lopes e Fabris (2013) e busco, nas discussões desses autores, elementos que possam contribuir no diálogo e nas reflexões que pretendo desenvolver.

Segundo Veiga-Neto (2006) “[...] as políticas de inclusão [...] defendem a inclusão do diferente, entendendo-o como um “único estranho”, um exótico, um portador de algo que os outros, normais, não possuem”. Como é possível entender a “inclusão do diferente” que é visto como “estranho”, “exótico” e identificar que o mesmo tem ‘algo que os outros, normais, não possuem’?

Segundo Foucault (2010, 2011), a partir da *norma* as pessoas passam a agir, ou são provocadas a se tornarem iguais e destacarem as diferenças a partir de seus referenciais. O sujeito individual ou a população que se quer normalizar é subjetivado a não querer ser diferente. Nesse sentido, acredita-se que estar dentro da norma é ser alguém condizente com a medida. A norma define um modelo ou modelos que passam a ser uma referência para que as pessoas possam dizer se estão “normais” dentro do que é considerado limite e ao mesmo tempo nas suas inter-relações.

Todos estão incluídos na *norma* e a partir dela que tanto se inclui como se exclui e, nesse processo, são usados dispositivos. Apresentando esse conceito, Foucault (2013, p. 364, 366) nos esclarece que dispositivo é um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, sejam discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. Foucault (2013) observa que o

dispositivo tem sempre uma função estratégica e está em relações de poder. Assim, para o autor trata-se de certa manipulação das relações de força, seja para determinar direção, bloqueio, estabilidade, uso, etc. Os dispositivos são as combinações nas relações de força.

Os intérpretes são desafiados a serem constantemente outros ou serem diferentes do que eram, mas coerentes com as tramas em que se encontram e balizam (LOPES, 2013, p. 45). Esses profissionais, ao serem desafiados, buscam por meio dos rituais de “batismo”, de “conversão” e dos “ritos” que lhe foram impregnados, serem coerentes com as tramas na condução da vida das pessoas.

Veiga-Neto (2007, p. 949) procura mostrar que “as políticas de inclusão escolar funcionam como um poderoso e efetivo dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações”<sup>27</sup>. Em termos simples, a inclusão tem como propósito a diminuição do risco social quanto a população que se deseja incluir.

Daí pode-se entender o porquê da promoção da inclusão. Há uma mobilização dos poderes e a condução das condutas humanas e, visto que as condutas estão em jogo, devem preservar e promover a própria vida. O Estado assume para si a responsabilidade de governar para promover a vida. Havendo o objetivo de promover a vida da população surda usuária da língua de sinais, a mobilização em torno da referida língua tem em seu escopo também a condução das condutas do intérprete de libras.

De acordo com Veiga-Neto (2006) as ações biopolíticas objetivam o controle e a regulação dos indivíduos. Segundo o autor “se coloca em jogo [...] condutas humanas que preservem e promovam a própria vida, [...]”. São nessas relações de poder nas salas de aula que os intérpretes de libras podem determinar direção,

---

<sup>27</sup> A biopolítica tem por finalidade gerar a saúde, higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, etc., na medida em que tais gestões se tornam apostas políticas.

bloqueio, estabilidade, uso e ações dos sujeitos sobre si mesmos. Nesse respeito, o surdo é conduzido a ser alguém condizente com o que se faz norma.

Quando refletimos a respeito do intérprete de libras, inserido seja no contexto educacional, no religioso ou no corporativo, não sendo exigida dele formação profissional, começamos a ter outro olhar quanto a função do intérprete de libras, inclusive daquele com formação. A respeito disso pode-se afirmar que os intérpretes também estão subjetivados por decisões regulamentares, leis, medidas administrativas e discursos (FOUCAULT, 2013, p. 364, 366). Por meio de instituições são direcionados, bloqueados, estabilizados, conduzidos, tendo acesso às regras impostas para conhecerem e obedecerem. Os intérpretes de libras que conduzem, são também conduzidos a se assemelharem a um modelo de intérprete de libras, sendo tais valores discutidos e postulados.

Destarte, é possível aqui falar do trabalho do intérprete de Libras como uma prática de cuidado de si a fim de promover atitudes nas conduções institucionais. Foucault (1984), em uma de suas entrevistas, relata que tal prática era uma prática ética (*êthos*), pois o sujeito, ao ocupar-se de si mesmo, exercia a sua liberdade, sabendo como superar todos os instintos que poderiam prejudicar sua existência. Não se trata de uma ética individualista exagerada. O exercício de si implicava a responsabilidade do sujeito para com outros. Isso era traduzido pelos seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos os acontecimentos. Alguém assim, exemplo para os demais, pratica a liberdade de certa maneira (FOUCAULT, 2014)<sup>28</sup>.

O intérprete de libras como *intelectual específico* traz para o processo de inclusão dos surdos e para outras esferas, possibilidades que estão além do ato de traduzir e

---

<sup>28</sup> FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política. Col. Ditos e Escritos V.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

interpretar de uma língua para outra, além dos códigos de ética para intérpretes de libras, além dos rituais de legitimação.

A atitude do intérprete no cuidado de si, cuidando dos outros, assume uma postura ética (*éthos*), que não está relacionado ao habitual, à rotina, ao comportamento, mas a um modo de ser quanto a uma natureza (espontânea, sem empenho ou sem esforço), um empenho organizado do dizer e pensar. É a capacidade de um sujeito governar a sua vida sem se sujeitar a outro governo. Essa mesma atitude faz com que o intérprete tenha a coragem de mostrar pelas suas práticas, possibilidades, verdades.

Diante de suas práticas, atuando eticamente (*éthos*) como intérprete, subjetivado que está incluindo outros, ele não se vê como um dispositivo que perpetua o discurso do Estado que cria subjetividades. Como *intelectual específico*, o seu *éthos*, segundo Foucault (1994), no sentido de “crítica permanente de nosso ser histórico”<sup>29</sup>, pode ser entendido como atitude na constituição do *éthos* do sujeito.

O intérprete como *intelectual específico* fala com sinceridade e franqueza porque o que diz, está de acordo com o que pensa, e o que faz está em harmonia com o que vive. Ao enunciar algo, sua verdade, prova sua coragem da verdade. Falar o que pensa, pois faz o que vive, confrontar a opinião, resistir à opinião do senso comum e às decisões da maioria, faz desse *intelectual* um *parrhesiasta*.

Não é falar por acreditar ser o detentor e portador de uma verdade, sendo a consciência da sociedade. Não é falar por questionar, por não aceitar o que é postulado ou apresentado retoricamente. Não é a crítica pela crítica. Antes é o sujeito que, por sua atitude, fala uma verdade que já é o seu modo de vida, alguém que se define pela resistência corajosa diante de discursos e práticas da política institucional. Ele busca cuidar de si e dos outros e indiretamente da cidade.

---

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Col. Ditos e Escritos IV. Paris: Gallimard, 1994d.

O intérprete de libras *parrhesiasta* que é conhecedor das práticas que definem a educação de surdos na perspectiva da inclusão, já tendo uma atitude ética (*éthos*), irá interrogar tais práticas, problematizar, pensar, cuidar de si, assumir uma postura diante do governo dos outros. Com uma atitude, resistir à opinião do senso comum, viver o que pensa como verdade. Com essa ética (*éthos*) de cuidar de si e dos outros indiretamente cuidará da cidade por ser aquele que com coragem evidenciou sua verdade e contribuiu no presente para a existência de outras possibilidades na educação dos surdos.

No capítulo seguinte, busca-se neste trabalho tais elementos nas narrativas desses profissionais, em suas autobiografias, histórias de vida, relatos orais e depoimentos, onde os sujeitos vão deixando pistas claras a respeito de suas formações e de suas subjetivações enquanto intérpretes de libras. Esses elementos nos permitem ver nas narrativas como esse sujeito se subjetiva *intelectual específico* em suas práticas e, também, como os rituais de cooperação os movimentam no espaço das comunidades de surdos e de intérpretes e no contexto de inclusão.



## 5 O INTÉRPRETE DE LIBRAS E AS TÉCNICAS DE SI

Na introdução desta dissertação trouxe a fala de Foucault (2014, p.11) ao dizer que “[...] o homem se dá seu ser próprio a pensar [...] quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga [...]”. A experiência reflexiva é concreta, histórica e culturalmente situada. Para Foucault, há um uso particular da história:

Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos; mas uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado (FOUCAULT, 2014, p. 11).

Quando o sujeito narra sua história o mesmo está a todo o tempo buscando a coerência da mesma, pois a cada momento de sua vida não houve o verdadeiro e o falso, mesmo que tenha pensado assim segundo seus valores, o certo e o errado. Mas, sua história “não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos”, mas a história de sujeito se constituindo “historicamente como experiência”.

Ao narrar a minha história, refletir sobre mim mesmo “como ser vivo, ser falante e ser trabalhador”, me julguei, me dei a pensar sobre o meu “outro” historicamente constituído. Como afirmei a escolha dessa temática emerge devido à minha experiência profissional como intérprete de Libras em diversos espaços e atuação na formação de tradutores e intérpretes.

A minha experiência/ história com a língua de sinais inicia-se na década de 80 junto as Testemunhas de Jeová no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais. Nas minhas atribuições de superintendência na associação filantrópica era preciso visitar as comunidades religiosas e ficar com elas por um período de cinco dias e meio, se repetindo esse ritual a cada seis meses. Entre as comunidades, havia uma em minha superintendência com integrantes surdos, tendo apenas uns dois ou três ouvintes que serviam de intérpretes em algumas situações, além de filhos de surdos ou cônjuges ouvintes.

Foi nessa ocasião que os surdos organizaram um curso particular para que eu aprendesse a língua, que na época não era reconhecida como tal. Meus instrutores eram surdos e as vezes um dos ouvintes que atuavam na comunidade como intérpretes. Achei muito interessante aprender uma nova forma de comunicação, mas não me considerei alguém diferente, nem intérprete, mas como sendo mais uma pessoa que conseguia se comunicar na comunidade surda. Tal conhecimento permitiu que a língua de sinais fosse disseminada, pois em outras regiões para onde fui transferido, encontrava surdos e lá eu iniciava um pequeno grupo de ouvintes na língua de sinais para darem continuidade as ações positivas na comunidade surda.

Com o passar dos anos foi mudada a minha gestão na superintendência passando a atuar em uma das comunidades religiosas no Estado do Espírito Santo, onde iniciei um pequeno grupo de ouvintes que aprenderam a língua de sinais. Desse início foi criada uma comunidade religiosa de surdos. Foi nessa ocasião que minha atuação foi reconhecida pela associação filantrópica como a de um intérprete de libras.

Retomando o que escrevi no capítulo anterior, inspirado em Sennett (2012), sobre os rituais de formação dos intérpretes de Libras como “batismos” em diferentes momentos da vida, podemos afirmar, que o ritual que constituía alguém intérprete se dava metaforicamente, como o batismo católico, por “aspersão”, como respingo. Ou seja, por eu estar junto de amigos surdos, passei por esse ritual de “aspersão” pois só assim era autorizado a atuar como intérprete. Entretanto, não me via como intérprete profissional. Após trinta anos de trabalho na associação, deixei de atuar na superintendência da comunidade religiosa.

Entendi que essa minha experiência em traduzir e interpretar deveria ser reconhecida profissionalmente, até mesmo por que no mesmo mês que deixei de atuar como intérprete na comunidade religiosa, foi homologado o Decreto que regulamenta a Lei de Libras, onde especifica a necessária formação de intérprete profissional.

Com a legislação específica, novos rituais de formação passaram a existir. Os “batizados por aspersão”, incluindo a mim, se voltam para buscar nesses outros rituais a legitimação como intérpretes de Libras. Ou seja, só a “aspersão”, não se torna mais suficiente, devido a ordem discursiva através de enunciados que pairavam na época, “Libras, agora é oficial”, “para trabalhar com surdos, tem que ter Prolibras”.

Por isso participei em um curso de capacitação para tradutor e intérprete de libras no ano de 2006 e nesse mesmo ano e no seguinte no Exame do Prolibras. Tendo tais certificações reconheci que eu era então um profissional na área de Libras. Mais tarde fui aprovado no processo seletivo para o curso superior de Letras/Libras, curso então organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde obtive meu grau de bacharel em tradução e interpretação de Libras no ano de 2012.

Durante esses seis anos em estudos, trabalhei como intérprete no Estado do Espírito Santo pela Secretaria de Educação e no Município de Vitória pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Atuei mais tarde pela Secretaria de Educação do Estado como coordenador do primeiro curso técnico de tradução e interpretação e como professor nas várias disciplinas do curso. Todas essas práticas e rituais de certificação me fizeram concluir que sou um profissional na área da educação podendo atuar com o uso da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa.

Desde 2013, minha atuação mais direta é na Universidade Federal do Espírito Santo, com o cargo de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. Ao ser aprovado tanto no curso de especialização em educação especial na perspectiva da Inclusão quanto para o curso de mestrado em educação na linha *diversidade e práticas educacionais inclusivas*, pude fazer o exercício acadêmico sobre pensar minha própria prática e redefinir minha relação com um saber que há anos venho construindo.

Enfim, rever a posição, neste momento em que me encontro, como intérprete de Libras, não tem sido fácil no meu trabalho como acadêmico. Exercitar o pensamento nessa direção é acreditar que esse sujeito intérprete, por possuir certo número de conhecimentos e agir teoricamente sobre problemas bem definidos tem, segundo Foucault (2013), o papel de um *intelectual* e, pelas análises que faz ao que lhe diz respeito, problematiza para formular corretamente os problemas.

Na esteira de uma inspiração foucaultiana e em outros autores que dialogam nessa direção, utilizo a noção de *intelectual específico* para pensar a função do profissional intérprete de libras no contexto atual. (FOUCAULT, 2013, p.129). Explanei o motivo da escolha do método narrativo que oferece a oportunidade de pesquisar, “[...] compreender de que maneira o indivíduo moderno podia fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito [...]” (FOUCAULT, 1984, 2014, p.10).

Neste capítulo, continuando na inspiração foucaultiana apresento a produção de dados à luz do conceito ferramenta “infame”. Em capítulos anteriores abordei o conceito ferramenta de *intelectual específico* e apresentei o intérprete de libras como esse *intelectual*. Em minhas leituras percebi que o conceito ferramenta de “infame” está muito próximo do conceito de *intelectual específico*, pois estão na ordem heterotópica, fora do que é conceituado como normal. A perspectiva do “infame” é romper

[...] com os tipos de ligações estabelecidas entre o poder, a verdade, o discurso e o cotidiano à medida que leva em consideração todo o tipo de relação que está em jogo na constituição de subjetividades. Ele pulveriza e espraia as dimensões de possibilidades de experiências de rompimento com o localizado, o hegemônico, o homônimo (CARVALHO, 2014, p.104).

O *infame* e o *intelectual específico* estão em constante deslocamento tanto de si como do que lhes é apresentado como forças reprodutoras do modo de ser. O intérprete de libras como *intelectual específico* e *infame* “suas funções cerimoniais vão se apagar [...]” mas irá “buscar o que é o [...] mais penoso de dizer e de mostrar, finalmente o mais proibido e o mais escandaloso” (FOUCAULT, 1977, p.220).

Apossar-nos do sentido que Foucault (1997) conceitua como *infame* ajuda-nos a entender o surgimento da história com novo vigor motivado pelas ocorrências não percebidas ou quase não observadas que dão prova do mundo que atualmente vivemos, mas nem sempre concluímos que exista. Em *A vida dos homens infames*, Foucault (1977) afirma que esse não é um livro de história, antes

É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras (FOUCAULT, [1977], 2003, p.203).

As narrativas são a seleção de existências, seleção de palavras, de experiências extraordinárias e não tão singulares, mas de valor que nos farão ver possibilidades. O *infame* é alguém destituído de fama, nem sempre observado, dignificado, ou invocado como participante da história, mas que faz que existam as experiências mais reais, menores, muitas vezes desvalorizadas, mas que por estarem ali fazem emergir o mundo real. O *infame* não irá valorizar os rituais que o legitimam, antes em suas experiências, sejam singulares ou não, aquilo que “rompe com os tipos de ligações estabelecidas [...] com o localizado, o hegemônico, o homônimo” (CARVALHO, 2014).

O intérprete *infame* nesse mundo em movimento ecoa como *intelectual específico* que rompe, segundo Carvalho (2014) com que está estabelecido no âmbito do ‘poder, da verdade, do discurso e do cotidiano, levando em conta o que está em jogo na constituição de subjetividades’. Nessa sua reflexão consigo mesmo, ele se observa, se decifra, se interpreta, se julga, se narra ou se domina. O intérprete *infame* aprende determinadas maneiras de observar-se, julgar-se, narrar-se ou dominar-se. Essa ação de aprender ou se modificar não é o resultado da influência de outros, mas das relações que o sujeito estabelece consigo mesmo.

Os mecanismos nos quais essas relações se produzem ou medeiam a experiência de si podem ser enumeradas. Primeiro, o mecanismo ótico que através dele se determina e se constitui o que é visível dentro do sujeito para si mesmo. Em seguida, o mecanismo discursivo, que estabelece, constitui aquilo que o sujeito pode e deve dizer sobre si mesmo. Terceiro, o mecanismo jurídico, moral, onde o sujeito

se julga a base das normas e valores sejam por ele estabelecidos ou não. Quarto, o mecanismo da experiência de si, de acordo com a construção de si ao longo do tempo. E por último, e quinto, o mecanismo prático que estabelece o que o sujeito pode e deve fazer consigo mesmo (LARROSA, 1994).

Ao trazer neste momento tais cinco mecanismos como técnicas de si, passo a considerá-los um a um, primeiramente na experiência de mim mesmo e na 'experiência de si' de outros sujeitos.

## 5.1 O mecanismo ótico

O mecanismo ótico, o ver a si próprio, é a atividade de autodescrição, olhar para dentro de si, e exteriorizar quem é, o que somente o próprio sujeito vê e não outros. Essa exteriorização pode ocorrer por um procedimento linguístico ou não. O sujeito ao ‘confessar-se’ faz um exame de consciência, tornando-se visível a si mesmo em seu interior.

Na esteira de Foucault (2010, 2015) considero importante abordar brevemente a noção de “confissão”. A prática da confissão que a maioria significa, é a confissão como ritual onde a enunciação em si promete ao confessor a purificação, a eliminação de suas faltas, enfim a salvação. “O homem ocidental converteu-se em um animal de confissão”. (FOUCAULT, 2015, p. 66).

Na Antiguidade esse ritual de confissão não existia. Existiam certas práticas, tais como o exame de consciência, e de consulta. Segundo Foucault (2010),

[...] a obrigação que tem o sujeito do dizer-verdadeiro sobre si mesmo, ou ainda, o princípio fundamental de que é preciso o dizer-verdadeiro sobre si mesmo a fim de se estabelecer com a verdade em geral uma relação tal que nela se possa encontrar a própria salvação, pois bem, é algo que de modo algum existiu na Antiguidade grega, helenística ou romana. [...]. Na história do Ocidente, quem é dirigido e quem é conduzido só passará a ter o direito de falar no interior da obrigação do dizer-verdadeiro sobre si mesmo, isto é, na obrigação da confissão. [...] poder-se-ia dizer que nessa direção, na arte de si mesmo grega, helenística e romana, encontram-se (há exemplos) alguns elementos que podem ser dela aproximados ou que um olhar retrospectivo poderia determinar como antecipação da “confissão” vindoura. [...]. Encontram-se também [...] algumas práticas que são afinal exercícios de exame de consciência, práticas de consulta nas quais o indivíduo que consulta está obrigado a falar de si mesmo. [...] Todos esses elementos, porém, parecem-me profundamente diferentes do que chamamos “confissão” no sentido estrito, ou pelo menos no sentido espiritual da palavra. [...]. Confessar é clamar pela indulgência dos deuses ou dos juízes. [...]. Tudo isso se encontra na Antiguidade com esse sentido instrumental. Esses elementos da confissão são instrumentais, não porém operadores. Enquanto tais, não tem valor espiritual. Creio ser este um dos mais notáveis traços da prática de si naquela época: o sujeito deve tornar-se sujeito de verdade. Deve ocupar-se com discursos verdadeiros. É preciso, pois, que opere uma subjetivação que se inicia com a escuta dos discursos verdadeiros que lhe são propostos. É preciso, pois, que ele se torne sujeito de verdade, que ele próprio possa dizer o verdadeiro, que possa dizer a si mesmo o verdadeiro. (FOUCAULT, 2010, p.325, 326)

O “confessar-se” aqui não é o ritual na busca pela indulgência dos deuses ou juízes, antes, a operação de uma subjetivação. É como se se perguntasse “Como me vejo diante dos discursos verdadeiros que me são propostos? O que posso dizer a mim mesmo como verdadeiro? ”. Ao responder essas perguntas o próprio sujeito exterioriza quem é, e no uso da linguagem apresenta aos outros o que já se faz presente nele. Desta forma torna visível o seu interior, oferece sua subjetividade, que nada mais é do que o significado do discurso. Essa subjetividade, significado do discurso podemos interpretar como sendo a origem, a referência, mas, poderá também ser um ideal.

Ao convidar para esta pesquisa sujeitos que se narraram, a prática da entrevista, o mecanismo ótico produziu o sujeito que vê e exterioriza, que torna visível o que outros não veem. Usando a analogia de um espelho, a imagem do sujeito que ele vê refletida é a imagem do seu interior. É um autoconhecimento, é como olhar para dentro de si. Esse olhar permite fazer as escolhas dos “detalhes” que vê, “detalhes” privados, que só o sujeito pode ver, e decidir torna-las visíveis para outros.

A decisão de tornar visíveis os “detalhes” podem ocorrer como disse acima, por um procedimento linguístico ou não. As práticas dos sujeitos desta pesquisa tornam visíveis o que ele vê em si mesmo e é o seu modo de vida. Alguns intérpretes de libras que se autodescreveram buscaram inicialmente apresentarem-se como sujeitos na área de tradução e interpretação, olharam para dentro de si e exteriorizaram.

Ao me ver, olhar para dentro de mim, eu vi alguém que inicialmente apreciou aprender uma nova forma de comunicação com surdos, mas tal habilidade não me fez pensar ser alguém profissional, pois a prática discursiva era que os surdos usavam uma linguagem, não uma língua. Entretanto, havia respeito pela forma de comunicação na comunidade surda. Por mais que as minhas práticas dentro da comunidade surda, por estar com sujeitos surdos, me legitimassem como intérprete e atuasse como tal, intermediando o dia a dia dos com quem convivia, este não era o foco. Era natural conversar com eles e contribuir com o diálogo com outros que



não os entendiam. Essas ações não me faziam alguém superior ou inferior, não via a eles como surdos, não me via como intérprete, me via igual a eles, humano.

Conhecer a mim mesmo conduziu-me à visibilidade de mim mesmo. Ao escrever neste momento, este ato como dispositivo para me tornar visível, me capturou para realizar o que mais adiante trarei como último mecanismo, o prático, a possibilidade de formar e dirigir forças, capturar e orientar condutas, minimizar minha desordem. Outros intérpretes disseram:

*Me entendo como intérprete desde quando eu nasci. Quando com 1 ano, 2 anos, desde quando a minha mãe conversava comigo, porque tudo para mim era conversar. [...]. Essa formação essa coisa, a minha formação, é minha mãe e meu pai. Então assim, eu vim dessa era da formação dos pais assim... (INTÉRPRETE "L")*

*Eu não me considero intérprete, falta muita coisa para eu chegar lá, eu estudo muito sozinho, mas é complicado, ter acesso a informação. (INTÉRPRETE "N")*

*Eu queria tentar uma coisa nova, diferente, porque a área administrativa eu já estava [há] quinze anos [...]. Aí eu falei assim, "oportunidade". [...] vi lá os cursos técnicos, tinha várias áreas, só que o de libras me interessou. [...] eu queria conhecer a língua, [...]. Nisso que eu entrei eu achei assim, "O que eu estou fazendo aqui?" Todo mundo já sabia alguma coisa, eu não sabia nada, foi uma experiência do zero. Nisso eu comecei a gostar [...]. (INTÉRPRETE "R")*

Nesse mecanismo ótico, o exame de si mesmo, a confissão, o exame de consciência, o sujeito consegue ver-se no seu interior. Um dos intérpretes viu a si mesmo como alguém que sendo filho de surdos está legitimado como intérprete, o que pode ser considerado perante outros que possivelmente não veem assim, passarem a ver que há possibilidade na qualidade do ato interpretativo. Outro intérprete em contraste, se vê como alguém aquém de atuar na profissão e apresenta a si e a outros o que considera importante apesar de seus esforços particulares. Na última "confissão", a intérprete se viu na sua experiência como alguém curiosa e responsável pelas suas decisões.

Esse exame que fizemos de nós mesmos, exemplifica o que acontece com muitos outros que estão atuando como intérpretes de libras nos mais diversos espaços. Para que se possa saber o que eles veem sobre si mesmos, essa ação de olhar para dentro de si pode levar o sujeito ao mecanismo discursivo.

## 5.2 O mecanismo discursivo

Nesse processo ótico o que ele vê sobre si, pode fazer parte de sua confissão ou ser omitido. O que será dito será nomeado de acordo com o que deseja confessar. O que o sujeito pode e deve dizer sobre si mesmo requer dar nome aquilo que ele vê e outros não veem. Ele apresenta aos outros aquilo que já se faz presente para ele mesmo. Ao expressar-se ele dá a outros a sua subjetividade (quem ele é da experiência de si mesmo, na relação consigo, em quem se constitui por meio de suas práticas).

Em minha “confissão” disse que o aprendizado permitiu-me divulgar a língua de sinais em outras regiões e também multiplicar outros usuários da Libras. Pude dizer sobre mim aquilo que se faz presente para mim mesmo. Exteriorizei o que podia e devia ser revelado.

Ao exteriorizar quem é, o significado de seu discurso, o sujeito abre a oportunidade de outros verem o que está oculto e ser revelado pelo discurso.

*E aconteceu que um tempo depois eu fiquei desempregado, quando foi no meio de dois mil e dez apareceu uma vaga para professor na prefeitura [...]. Eu fui peguei essa vaga e quando eu cheguei me colocaram em uma sala com sete crianças surdas. E eles estavam na fase de aquisição de língua de sinais ainda, eu ainda não sabia a língua de sinais e eles também não, aquela confusão toda [...]. Eu comecei a consultar na internet sinais, na época na escola, pelo dicionário CAPOVILLA, e eu peguei o dicionário e comecei quase a decorar, sinal por sinal na ordem. Todo dia andava para baixo e para cima com aquilo, com o tempo eu percebi que eles não sabiam os sinais.*

Em outro momento o mesmo sujeito ao falar do trabalho de intérprete acrescenta,

*Na verdade, eu não sei se eu poderia falar isso se é correto falar, mas meu ponto de vista eu nunca considerei lá no Estado onde eu atuava o nome intérprete em si. Porque não é o trabalho que a gente realiza em sala de aula. Que a gente lida lá em um contexto que os surdos não sabem a língua de sinais, não tem fluência na língua de sinais. Então muitas vezes a*

*gente perde muito tempo [...] passando conceitos para eles sobre língua de sinais [...]. Não é trabalho puro do intérprete chegar ali, sentar, sinalizar e ir embora. Então talvez uma das coisas que impedem de eu me considerar intérprete de fato seja isso. (INTÉRPRETE "N")*

Contudo, esse sujeito é ao mesmo tempo uma variável do enunciado que o está construindo na mesma operação que lhe dá um lugar discursivo. Esse mecanismo discursivo está inseparável do mecanismo ótico, o exame de si mesmo.

Ambos os mecanismos determinam uma espécie de organização ou disposição da subjetividade, ou seja, o que o sujeito pode ver em si mesmo e como, ao dar nome ao que vê, traça seus próprios contornos, constrói sua identidade para aquele momento.

*Foi então que eu comecei a frequentar esse espaço religioso [...], onde os surdos participavam do culto com o trabalho de tradutor intérprete na igreja. [...] quando saía sempre dos cultos eu ia sempre para um lugar onde os surdos estavam, que eu me sentia muito mais à vontade com os surdos do que com os ouvintes, era uma pessoa supertímida. (INTÉRPRETE "I")*

Este intérprete confessa a identidade construída naquele momento que teve seu primeiro contato com a língua de sinais. Outro intérprete confessou os contornos que para si são os de um profissional tradutor-intérprete de libras e o que considera ser sua identidade

*Já aconteceu de professor na educação superior exigir que eu saísse de sala de aula. Falar assim, "você não vai interpretar essa prova". Aí colocou a situação, "ou você sai de sala de aula ou eu saio". Então eu falei assim, "fique à vontade de se retirar o meu trabalho é ficar aqui e fazer isso". (INTÉRPRETE "N")*

Na comunidade de intérpretes há muitos que nasceram em famílias de surdos, conhecidos como Coda<sup>30</sup> e suas ‘confissões’ indicam a construção de identidade associada a profissão de intérprete.

*[...] sou filho de surdos, “Coda” no caso, com pais surdos e minha família também tem outros surdos, tem tios surdos, tem alguns primos que tem uma perda auditiva também. Eu mantenho contato, me relaciono com surdos através, [...] da Língua de sinais e passei a desenvolver, a aprender, a me comunicar, a fazer tudo por meio da Língua de sinais. [...]. Nesse mesmo período eu interpretava... para o meu pai, para minha mãe.... [...] E naquela época o saber Língua de sinais era, contar com uma habilidade, uma técnica que poucas pessoas detinham [...], eram mais os filhos de surdos mesmo, mais as pessoas... os familiares bem próximos, irmãos, primos no máximo... [...].*

O ver a si mesmo e dizer aquilo que deseja confessar, permite que o mesmo evidencie sua subjetividade, construindo sua identidade.

*Então eu vejo que no desenvolvimento da profissão como ela é, [...] eu acredito muito que temos muito o que oferecer. Temos, quando eu falo temos, são os filhos dos surdos mesmo, aqueles que procuraram trabalhar na área, não só filhos de surdo no modo geral. Aqueles filhos dos surdos que seguiram a profissão. Eu acho que tantos os Codas, tantos os... a galera nova aí que estão entrando no Letras Libras, a galera que já fez curso técnico, a galera do Ensino Médio que já buscou alguma formação, eu acho que todo mundo tem o que agregar por conta das experiências que todos já tiveram, e eu estou nesse barco exatamente... eu estou nesse barco*

---

<sup>30</sup> Segundo o sítio eletrônico [www.culturasurda.net](http://www.culturasurda.net): “Há algumas décadas, os filhos ouvintes de pais surdos eram referidos – em língua inglesa – por HCDPs (Hearing Children with Deaf Parents – Crianças Ouvintes com Pais Surdos). Nos anos 80, porém, o acrônimo Coda (Child of Deaf Adults) ganhou popularidade, sobretudo pela fundação da organização internacional *Children of Deaf Adults, Inc* (CODA) que, sediada nos EUA, dedica-se à promoção de temas relacionados às experiências de filhos ouvintes de pais surdos, mundo afora. Hoje, o termo *coda*, cunhado por Millie Brother, é empregado em diversos países, inclusive no Brasil e em Portugal. Alguns autores distinguem a palavra CODA (em maiúsculas) de *coda* (escrita com minúsculas): a primeira, por essa diferenciação, remete à organização CODA Inc.; a segunda, ao adjetivo usado para designar esses sujeitos específicos. Há ainda os que ressaltam a inicial maiúscula (*Coda*) para retratar indivíduos que reafirmam a experiência “CODA” (comumente bilíngues e “biculturais”). Outras várias palavras, como *Soda* (Sibling of Deaf Adult – irmãos de surdos), *Koda* (Kid of Deaf Adult – usada para crianças pequenas, filhas de surdos) ou *Goda* (Grandchild of Deaf Adult – netos de surdos) são, por vezes, encontradas em textos sobre o assunto. Muitos *Codas*, como usuários nativos das línguas de sinais, dedicam-se ao trabalho como tradutores e intérpretes. <<http://culturasurda.net/2013/02/01/coda/>> Acesso em 26 de novembro de 2015.

*querendo ou não por carregar essa marca, essa cruz entre aspas de ser filho de surdo e por estar na academia, [...]. (INTÉRPRETE "D")*

Esse narrar-se é apresentar-se como o sujeito se vê e ao mesmo tempo trazendo sua história que foi constituída com o tempo, tempo não linear, mas na dimensão do que ele é para si mesmo. Ao contar suas histórias, dá o sentido ao que acontece, dá a si próprio uma identidade no tempo (LARROSA, 1994). O sujeito é ao mesmo tempo autor de suas histórias, narrador de suas experiências e o personagem delas, constituindo assim sua subjetividade.

*Depois eu fui convidada pelo mesmo colega para interpretar no processo seletivo [de uma Empresa] que eram as entrevistas e os testes psicotécnicos, que tinha alguns surdos [...]. Eu fui e a gente começou a interpretar esses testes. [...] a partir de então todas as vezes que existiam treinamentos de integração, psicotécnicos na empresa, sempre era eu e esse colega. Então, ali já era algo oficial, fora do ambiente religioso. Então, já era um trabalho. Mesmo que fosse voluntário, a gente estava lidando com pessoas do mercado de trabalho. Então não era mais o ambiente religioso. A gente foi criando alguns vínculos, as pessoas foram nos vendo como referência na língua de sinais [...]. (INTÉRPRETE "S")*

Ao nos narrarmos, confessamos, nos vemos quem somos na corrente da história. Analisamos nossos comportamentos e aquilo que nos acompanha, passamos a selecionar o que faz parte de nós, nossos papéis, representações, a análise de ideologias, valores, e traduzimos, nos expondo, em quem nos constituímos.

Nessa análise, não só nos traduzimos como também justificamos nossas histórias, nos julgamos à base de valores, do passado e do presente. Isso nos leva ao terceiro mecanismo, o jurídico, moral (FOUCAULT, 2011).

### 5.3 O mecanismo jurídico, moral

O seguinte passo nesse processo é o julgar-se, o mecanismo jurídico, pois não lhe é possível estar fora do domínio de valores e normas, que se baseia no bom e no mau, ou nas leis. No decorrer de sua vida o sujeito faz parte de uma trama histórica e nessa relação o mesmo se constitui. Na vida foram-lhe apresentados valores, verdades, seja pela orientação parental, religiosa ou governamental. No momento que o sujeito exterioriza o que vê dentro de si e enuncia ele se julga.

Em minha narrativa, como eu disse, não me via como intérprete profissional. Valores em mim inculcados me faziam olhar profissionalmente como superintendente na associação para a qual trabalhava. Com o tempo, quando foi mudada a minha gestão e passei a envolver-me diretamente com surdos, passei a me olhar como intérprete, mas não profissional, visto que não possuía certificações específicas.

Após deixar de atuar na superintendência da comunidade religiosa é que entendi que essa minha experiência em traduzir e interpretar deveria ser reconhecida profissionalmente. Passei então, a participar dos vários rituais de “batismo”, incluindo exames e cursos. Ao julgar-me nos momentos de minha vida, valores e verdades influenciaram minhas decisões.

Os valores assimilados influenciam suas escolhas do que pode dizer sobre si no momento de seu enunciado. Uma colega de profissão diz que,

*[...] naquela época eu não pensava assim, “Agora eu vou trabalhar como intérprete”. Naquela época eu pensava assim: tem um surdo e nós temos que dar conta do que está sendo falado lá para ele. (INTÉRPRETE "S")*

Como não se pode estar fora desse domínio, haverá um julgamento, não para dizer o que é certo ou errado, mas para problematizar uma verdade em relação a outra verdade. O mecanismo jurídico possibilita a auto avaliação, de como o ser humano se constitui historicamente como experiência.

*O parâmetro que eu uso é... [...] Termos teóricos, semânticos, certinho, todas essas regras para mim não têm, porque eu não sou formado nisso. [...]. Eu no meu caso eu não uso esses parâmetros, eu nem conheço [...]. Eu não utilizo essa formação, [...] a minha formação é minha mãe e meu pai... (INTÉRPRETE "L")*

O exame de consciência que está inseparável do mecanismo jurídico com seus valores morais são as práticas das técnicas de si, que conduzindo o sujeito a ter atitudes que estão em acordo com o que pensa e faz

*[...] eu fiz o curso básico e aposentei o certificado porque para mim não tinha utilidade me envolver em uma área que para mim eu não dominava a língua ainda. (INTÉRPRETE "N")*

*Além de interpretar, ter contato com a língua de sinais dentro da igreja, a gente fazia um trabalho de ir até a casa do surdo, encontrava o surdo, conversava com ele em língua de sinais [...] ou ensinava sinais para alguém que não sabia, algum surdo que não conhecia. Então o contato com a língua fez com que fosse desenvolvendo uma fluência que eu lembro de várias vezes ser solicitada para interpretar as palestras. Eu lembro que não existia um revezamento, mas me chamavam várias vezes para interpretar. Então eu acho que eu tinha uma fluência de dar conta do que estava sendo falado. Foi uma experiência muito boa, porque ali eu entendi como é que você pode trabalhar a língua portuguesa, entender o que está sendo falado na língua portuguesa e trabalhar isso em língua de sinais. Naquela época eu não tinha curso, mas eu entendi esse processo. Então esse momento dentro do âmbito religioso fez com que essa fluência, essa prática de interpretação, ela acontecesse de forma muito natural. (INTÉRPRETE "S")*

Ao narrar o que ele vê em si mesmo e exteriorizar, o sujeito faz uma autocrítica, uma interpretação de si mesmo, atribuindo valores expondo tanto o que considera positivo como negativo nas atitudes tomadas. Não se trata de estabelecer o certo ou o errado, antes apresentar o que para ele é tanto o positivo como o negativo, como valores que levam às ações.

*[...] eu ia para essa escola e fui só para entregar um material e conhecer como era lá. A professora estava aguardando o intérprete chegar para poder começar a aula, e aquilo me incomodou um pouco, porque eram dois intérpretes para atender várias turmas. Aí, foi então que eu perguntei para a*



*professora, “Professora, eu sei um pouco e, o pouco que eu sei eu acho que eu posso ajudar. Você se interessa? Meu apoio durante sua aula? ”. Ela, “Você sabe? ”. Foi então que eu comecei a fazer a minha primeira tradução na escola. Ainda falha, sem técnica nenhuma, mas serviu de apoio para a professora na aula de geografia. (INTÉRPRETE ”I”)*

Entretanto, o mesmo está exposto a leis e normas que também o julgam, pois está em sujeição à lei, à norma. Aquilo que o sujeito vê de si mesmo quando se julga, e o que ele expressa em seu discurso é o próprio juízo de si, é sua experiência avaliada, julgada e apresentada segundo ele o autor, narrador e personagem. O intérprete continua...

*Toda a minha prática como tradutor intérprete é sempre aperfeiçoar algo e não cometer os mesmos erros. A gente vê que tem os desafios, os nossos limites, tem nossas falhas, a gente tenta sempre ultrapassar essas barreiras, para que não caia na mesma... [...], uma coisa que eu nunca esqueço para evitar que isso aconteça novamente. Foi que numa falha de tradução, de compreensão, durante uma prova de matemática, era questões muito parecidas, eu expliquei a questão contrário. [...] E os dois alunos [...] não alcançaram uma nota boa, na verdade eram essas duas questões apenas na prova e eles acabaram zerando a prova. E eu percebi que esse erro não partiu da falta de conhecimento do aluno [...]. Foi então que eu procurei a professora e falei com a professora o que realmente tinha acontecido, antes mesmo de ser corrigido. Ela corrigiu assim mesmo, avaliou e deu uma nova chance, para os alunos fazerem uma atividade para pontuar os dez que eles perderam ou que eles poderiam ter alcançado durante a atividade e foi uma experiência que marcou. (INTÉRPRETE ”I”)*

Nesse processo, todos nós nos julgamos e avaliamos. Atitudes são necessárias de nossa parte nas práticas de nós mesmos. Mudanças são pensadas e precisam ser administradas. Isso envolve o domínio de si. Envolve transformação. Pode-se escolher levar uma vida de servidão a nós mesmos e/ou a outros, mantendo as mesmas práticas, ou sermos livres, governando a nós mesmos, nos construindo e reconstruindo.

## 5.4 O mecanismo da Experiência de Si

Nesse processo, o sujeito busca certa administração, governo e transformação de si. Os mecanismos ótico, discursivo e jurídico são inseparáveis do mecanismo da experiência de si, construção de si ao longo do tempo. Esse mecanismo do dominar-se, ou seja, ações que efetua sobre si mesmo com o objetivo de transformação, dependem de como ele se vê, se expressa e se julga.

Retomando minha “confissão” de acordo com a ordem discursiva, fui procurando dominar-me, transformar-me. Eu era um sujeito que me comunicava na língua de sinais. Assim como alguém que se comunica na língua portuguesa pode seguir sua vida apenas como usuário da língua, eu podia fazer o mesmo a respeito da língua de sinais. Mas assim como há sujeitos que são usuários da língua portuguesa e efetua sobre si ações com o objetivo de transformação, realizando cursos de pedagogia ou letras, eu decidi buscar uma administração, governo de mim e ‘batizar-me’ nos diferentes rituais, curso de capacitação para tradutor e intérprete de libras, Exame do Prolibras, curso superior de Letras/Libras, concursos públicos para docente, para intérprete de Libras e processos seletivos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

Muitos intérpretes têm atitudes semelhantes, ou seja, buscando administrar a si mesmos, governarem a si mesmos. Os que “confessaram” a seguir, dão as pistas como suas ações sobre si mesmos objetivam a transformação.

*Como eu já trabalhei em várias escolas, [...] eu sempre tentei me posicionar diante do professor falando das dificuldades do aluno e do qual era realmente o meu papel em sala de aula, até porque tinha aquela questão de achar que o aluno era meu, e eu tinha que esclarecer que o aluno era da escola, o aluno era do professor. (INTÉRPRETE "I")*

*[..] o aluno não sabia libras, o menino, eu acho que tinha uns vinte e quatro anos, e não conhecia libras, aí eu falei. "E agora? O que eu faço? Me formei para ser uma intérprete para interpretar a aula toda. E agora?" [...]. Aí eu fiquei pensando. "Será que o intérprete é só isso mesmo? Será que eu só tenho*

*que sentar aqui e só interpretar mesmo que ele não saiba? Mesmo que ele fique olhando para mim sem eu saber nada? ” Aí eu comecei a inserir dentro da aula, pegava exemplos e tentava ensinar a ele o sinal, [...] até hoje tenho quatro contratos, cinco acho. Eu nunca peguei um professor para adaptar essa aula para o surdo. Nunca. Esse papel foi transferido praticamente tudo para mim, todos os processos, porque o professor ele não adapta. (INTÉRPRETE "R")*

Outro intérprete ao narrar sua história confessou como durante o processo de ver-se, examinar-se, julgar-se, na relação consigo, governou a si mesmo buscando a construção de si ao longo do tempo.

*[...] eu praticava em casa, assistia muitos vídeos na internet. Eu lembro que a maior parte de minha formação em língua de sinais foi quando eu descobri que a UFSC tinha um site do Letras Libras e materiais pedagógicos e coisas específicas. Então eu comecei a assistir aqueles vídeos com as aulas de sinais. Primeira vez eu não entendi nada, [...] lá pela décima quinta vez estava começando a compreender alguma coisa. (INTÉRPRETE "N")*

Ao narrar sua experiência/ história o sujeito dá pistas de como foi se construindo nas suas relações com outros, no caso com alunos surdos.

*Eu voltei a minha vida toda para a educação especial, voltada para a surdez. E aí eu comecei a trabalhar. Eu tive aluno surdo-down, já tive alunos surdos com múltiplas deficiências, e aí eu acabava virando uma referência para trabalhar com esse público que eu gostava, acabava as crianças também tendo afeição a mim, e eu atendia essas crianças junto com os professores da instituição e fazia o meu trabalho de aquisição de língua com eles. E aí aquilo era muito bom para mim porque ninguém queria fazer aquilo, então eu fazia, e aí acabava que as outras crianças inclusive a parte da cegueira elas queriam trabalhar comigo também. E aí já não tinha mais horário para isso, porque vira e mexe..., esse ano eu cheguei a ir cinco vezes para São Paulo pela surdocegueira. (INTÉRPRETE "B")*

Em nossas narrativas vemos quem somos, um outro “eu” e algo precisa ser feito. Nesse momento, entra outro mecanismo, o prático.

## 5.5 O mecanismo prático

Por fim, o que o sujeito pode fazer consigo mesmo, o que pode fazer de prático? O intérprete *infame, intelectual específico* é o sujeito, do “eu” que vê quando se observa e expressa a si mesmo, do “eu” quando se narra construindo sua identidade, quando se julga ao aplicar uma norma ou lei e quando se governa. O intérprete que se vê quando se observa e expressa a si mesmo e constrói uma identidade moldada segundo critérios, produz uma projeção de outro que ele interpreta sendo ele mesmo. Esse duplo construído somente pode ser entendido na disposição de autogoverno, um *cuidado de si*.

Não se trata de uma projeção realizada por si só e sem causa aparente, mas é provocada pelos mecanismos óticos, (o que pode e como pode ver sobre si mesmo), pelos mecanismos discursivos, (o que pode e como pode dizer sobre si mesmo), pelos mecanismos jurídicos, (o que e como pode julgar-se) e as ações que constroem a si mesmo (o que pode e de que forma o afetam).

Esse sujeito ao aprender a dominar, a governar e a conduzir a si mesmo, dá às ações uma forma, uma direção, um sentido. É a possibilidade de formar e dirigir forças, capturar e orientar condutas, é minimizar sua desordem.

Ao confessar-me, ao ver a mim mesmo, ao eleger o que falar, ao julgar-me, e o que busquei construir, conduzi a mim mesmo, dei às ações uma forma, uma direção, um sentido. Vi possibilidades de formar e dirigir forças, capturar e orientar condutas, minimizar minha desordem.

Durante o processo inicial de buscar ser um intérprete profissional, além dos rituais de “batismo”, outros rituais foram executados, trabalhando no Estado do Espírito Santo pela Secretaria de Educação, como intérprete e depois como coordenador e professor do curso técnico de tradução e interpretação. No Município de Vitória como intérprete pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Atualmente, minha atuação é na Universidade Federal do Espírito Santo, com o cargo de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. Todas essas práticas e rituais de certificação me fizeram concluir que sou um profissional na área da educação podendo atuar com o uso da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa.

Entretanto, o processo não para. Possibilidades continuam para formar e dirigir forças, capturar e orientar condutas, minimizar minha desordem. Participar de concursos públicos e processos seletivos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, está entre o que pode ser feito na condução de mim mesmo, na minha relação comigo mesmo, com o “outro” eu.

Nas “confissões” de outros intérpretes de língua brasileira de sinais, podemos concluir que o sujeito é produto da sua relação consigo mesmo.

*[...] depois de dez anos eu saí [da Empresa] em dois mil e quinze, e fui para professora substituta do curso de Letras-Libras, um curso que é bacharelado com ênfase em tradução, ou seja, o curso que eu me formei. Então pensando nos meus estudos, no meu crescimento eu decidi largar a [Empresa] e as disciplinas do curso de letras são da área de tradução que é a área que eu me identifico e o que eu gosto. Essa minha experiência [na Empresa] foi muito boa nas minhas práticas em sala de aula, porque os meus alunos todos eles são da área educacional. Então eu pude mostrar com os relatos de minhas práticas outras possibilidades de atuação. E essas questões de trabalho de colaboração, de parceria que tem que ser feito mesmo na área educacional. Porque você é conhecido como especialista na área. [...] agora estou tentando o mestrado, e junto com isso eu fiz um concurso para o IFES. [...] eu tomei posse, [...] estou trabalhando no IFES e eu já encontrei várias questões interessantes demais. (INTÉRPRETE “S”)*

Não existem dois “eu”, um real e outro falsificado. Há um sujeito em um conjunto de relações consigo mesmo. A experiência de si não depende de um “eu” original e de um “eu” duplicado. A experiência é o que acontece entre eles, entre o que constitui e transforma ambos.

## 5.6 O Intérprete de Libras “Infame” e “Intelectual Específico”

Essa experiência de si, a constituição de um sujeito, ou mais exatamente, de uma subjetividade, que transforma o sujeito contrapõe-se à figura do *intelectual* engajado que, convencido de representar valores universais, ser depositário de certo saber e submisso a determinações externas, procura conscientizar outros, objetiva-los.

O intérprete de libras como *intelectual específico* não é depositário de certo saber, mas fala a partir de um saber local, que trabalha a partir de sua própria situação. Sua coragem da verdade o faz sujeito *infame*, pois rompe com o que está estabelecido, apresentando o que é fora do comum ou que por não estar na norma, é perigoso.

*[...] a primeira coisa que eu vou fazer eu não sei se vão me apoiar, mas, eu como intérprete, eu não sei ficar olhando para a cara do menino e ele olhando para mim e fazendo nada. Então eu tive as minhas ações. (INTÉRPRETE "R")*

Os intérpretes de libras ao narrarem sua experiência/ história não reivindicam a universalidade do que é justo, correto e verdadeiro, antes problematizam, pondo em jogo seu ofício. Como *intelectual específico* é sujeito de produção da verdade, participando na formação de uma vontade política, desempenhando seu papel de cidadão. Cada um deles se constitui em si mesmo como sujeito moral do código de ética.

*E aí, nesse trabalho no estado eu tive vários momentos bons e ruins de intérprete. A gente é considerada a maioria das vezes professor daquele aluno, maioria das vezes, eles jogam o aluno em cima da gente e deixam a gente trabalhar, o professor não quer saber, porque se tem intérprete já é o suficiente para aquele aluno. [...] eu cheguei na escola e eles me falaram "essa aqui é sua aluna, toma", me jogaram ela e falaram assim "você vai trabalhar com ela aqui" e aí eu comecei a conversar com ela, tentei conversar com ela em Libras e ela não sabia me responder nada, perguntei o nome, ela não sabia; idade, ela não sabia; a expressão sempre era de: não estou entendendo o que você está falando. E eu me assustei um pouco até porque ela tinha 10 anos. Eu fui até a pedagogia perguntar se essa aluna já tinha tido um intérprete junto com ela ou um atendimento e disseram que sim que no ano anterior*

*ela tinha um intérprete [...]. Mas esse intérprete fazia o quê? Ensina Libras, ajudava? O que ele fazia? "Não, o intérprete não ficava com ela porque o intérprete não tinha curso nenhum, cursos básicos só, e esse intérprete não era fluente em Libras não sabia muito Libras. Como a aluna também não sabia muito Libras, ele preferia não ficar com a aluna, e aí a gente precisava de alguém para apoiar na pedagogia, e essa pessoa ficava com a gente na pedagogia". Ah! E a aluna? "A aluna ficava sozinha na sala de aula". [...]. E aí foi quando eu comecei a pensar: o que eu vou fazer com essa aluna? Até porque eu sou intérprete de Libras, não sou professora da aluna, não sou instrutora da aluna, o que eu vou fazer? E aí eu tive que tomar uma decisão, ou eu largava a escola se eu não quisesse trabalhar ou eu ajudava a pedagogia como o intérprete anterior tinha feito, ou eu arregaçava as mangas e fazia alguma coisa pela aluna. A minha opção foi essa, a terceira. Eu pensei muito bem, eu sabia que eu não era instrutora para ensinar nada para ela, mas eu tinha que estar com ela de alguma forma e tentar ensiná-la, alguma coisa, e foi isso que eu fiz. Durante esse ano todo que eu fiquei com ela eu fui ensinando o básico, o alfabeto, os sinais de banheiro, de água, coisas comuns e ela foi aprendendo.... Ensinando. Praticamente ensinei a língua para ela. Era uma aluna muito esperta, inteligente, não tinha problema nenhum de aprendizado. Ela aprendeu muito rápido, com 3 meses ela já conversava, tudo [...]. E aí aconteceu essa situação, eu tive muitos problemas dentro da escola porque a área da coordenação e da pedagogia não aceitava que eu ficasse junto com ela. Eles preferiam que eu ajudasse na coordenação, ajudasse na pedagogia que era muito mais fácil, e eu relutei muito com eles. Conversei várias vezes, expliquei a situação e não desisti, fiquei na sala com ela, [...]. (INTÉRPRETE "G")*

O intérprete passa a poder dizer com propriedade o que pensa e vive, mesmo que isso lhe custe algo, pois está em jogo seu ofício de *intelectual específico*. "A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito" (FOUCAULT, 2010, p.15, 16).

O sujeito intérprete de língua brasileira de sinais, como *intelectual específico* irá se posicionar com uma atitude e com perspicácia a respeito de quem somos, podendo transformar o padrão imposto.

*Então eu tive um trabalho com ela e falava assim "Fulana, ouvir não é ruim". Ela acreditava que ouvir era péssimo. Então eu*

*falei assim, “Se você pode ouvir, porque não usar o seu aparelho e a língua de sinais? ”. Ela, “Nossa, eu nunca tinha pensado nisso. ” Então, assim, eu acho que ser intérprete te exige muito e você tem que ter uma ética. E até onde vai a sua ética? (INTÉRPRETE “A”)*

*[...], mas como intérprete, se eu só interpretasse em todas as vezes que eu entrei em sala de aula, eu acho que sairia frustrada, porque eu não veria o resultado de nada, e eu não consigo. (INTÉRPRETE “R”)*

Quando lemos as “confissões” das intérpretes, essas levam-nos a pensar em Foucault (2010, 2011), de que é a partir da norma que as pessoas são provocadas a se tornarem iguais e destacarem as diferenças a partir de seus referenciais. De acordo com Veiga-Neto (2006), “se coloca em jogo [...] condutas humanas que preservem e promovam a própria vida, [...]”. Deste modo, o trabalho do intérprete de Libras como uma prática de cuidado de si, implica a responsabilidade do sujeito para com outros.<sup>31</sup>

*Então essa aluna ela tem uma disciplina chamada conforto acústico. E o professor falou que ia tirar a disciplina da grade. Aí eu meio que falei assim, “Não, ela vai ser arquiteta, ela precisa aprender o conforto acústico. Por que ela não pode mexer com acústica? Só por que ela é surda? É isso? ”. [...]. Então nós começamos a criar estratégias dentro de sala de aula com materiais que nós tínhamos para representar o som, não que ela iria ouvir, ela não iria ouvir como nós ouvimos, mas uma forma de representar e dela sentir. Então em uma aula nós falamos sobre a reverberação do som, mais ou menos um eco. Nós falamos do corrimão, debaixo do corrimão, ele fica dando tipo um eco. Fiz para ela em libras e ela entendeu. E no segundo dia de aula foi sobre o grave e o agudo. [...] “Eu falei, olha professor, eu toco violino e eu acredito que as quatro cordas do violino que são duas graves e duas agudas ela vai conseguir sentir”. “Será”? Eu falei, “Vai sim”, meio com medo de não dar certo [...]. Aí eu levei o violino [...], ela sentiu e ficou segurando no violino. Identifiquei pelos sinais de grosso e fino, [...]. Ela sentiu no violino. Os alunos, “eu não acredito que ela está entendendo o que eu [es]tô[u] entendendo”. O professor,*

---

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política. Col. Ditos e Escritos V.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.



*“Pode acreditar que ela está entendendo”. [...] Por que o surdo não pode aprender acústica? Por que não pode aprender o som? (INTÉRPRETE "A")*

O intérprete de libras como *intelectual específico* traz para o processo inclusivo possibilidades que estão além do ato de interpretar, além dos códigos de ética, além dos rituais de legitimação, pois como *infame* “suas funções cerimoniais vão se apagar [...]”. (FOUCAULT, 1977, p.220).

*Como você tem que se portar? Como que é o aluno surdo? Se você tem que fingir que interpreta seis semestres ou você tem que falar, “olha eu preciso de um planejamento, eu preciso dos textos antes, eu preciso das regras de cálculo que ela tem que fazer antes, porque eu não consigo interpretar assim. A minha área é Letras-Libras, a minha área não é arquitetura, eu nunca estudei isso. Então eu preciso de tempo”. Aí as pessoas viram e “nossa, ninguém nunca tinha falado isso”. Então até onde vai essa ética do intérprete que vai interpretar e o processo que está levando a interpretação? E o léxico do intérprete? “Ah! Eu não sei arquitetura, não vou inventar sinais ali, não vou fazer os classificadores e não vou estudar”. O aluno, ele tem que se virar? [...] O problema não é meu? Não sou eu que vou formar? É o aluno que se vira? Então, o intérprete ele tem responsabilidade na formação do aluno surdo, o professor juntamente com o intérprete [...]. Como esse aluno vai fazer a prova? Ele vai reprovar? “Ah! Deixa ele reprovar, que aí eu tenho emprego até lá, a não ser se ele não reprovar, eu acho que dá tempo de eu arrumar outro emprego”. Até onde vai a ética do intérprete nisso? “Ah! Não, eu vou ajudar o aluno se formar, eu vou me esforçar, mas qual é a responsabilidade que eu tenho que ter? Eu vou ficar desempregada, mas [...], olha! Tem um arquiteto surdo no Espírito Santo”. (INTÉRPRETE "A")*

O intérprete como *intelectual específico* exprime o que pensa, pois faz o que vive, resiste à opinião do senso comum. Segundo Foucault (1977) o *infame* irá “buscar o que é o [...] mais penoso de dizer e de mostrar, finalmente o mais proibido e o mais escandaloso”, (FOUCAULT, 1977, p.220). Um intérprete de libras teve uma experiência com uma aluna surdocega que não se alimentava corretamente, e segundo a mãe da aluna, a mesma era resistente.

*Eu virei e falei assim “E se eu tentar dar comida para ela? ”. A mãe dela falou assim “Se você conseguir [...]”. Eu falei, “Então me dá três dias, só que você não pode interferir, [...]”. Fui*

*trabalhando com ela e pedi para a cozinheira [...] nos três dias deixar a mesma comida para eu trabalhar [...]. Dito e feito hoje [ela] come arroz, come feijão, come salada, come tudo, [...]. A mãe dela já tinha falado que já tinha deixado ela uma semana com fome, e ela não comia, e comigo ela conseguiu comer. Por que? Porque, eu comecei a trabalhar com ela, eu comia e dava para ela na boca dela o que eu estava comendo. E nisso, eu consegui fazer com que a mãe entendesse que a vida do surdo cego é assim. Não tem como eles aceitarem alguma coisa sem saber o que é bom e o que não é.*

Uma outra situação que o mesmo sujeito relata em sua experiência como intérprete, está a orientação que ele dá a mãe da aluna surdocega.

*Então, [ela] não ia no ginecologista, aí eu fui ao ginecologista com a mãe, para ele sentar e conversar com as duas. Porque ela precisava ver também que a mãe fazia o exame, que a mãe também passava por tudo isso [...]. Eu falei assim, “na hora que o senhor tiver tocando na mãe dela, [...] mostra para ela o que o senhor está fazendo com a mãe dela para depois [ela] deixar fazer igual. Hoje, vai no ginecologista. Foi a mesma coisa para banho, para ir ao banheiro [...] você tem que levar a sua filha e mostrar que você faz [...]. Porque se não, ela vai ter essa mesma rotina de fazer [...] na calça e nunca vai aprender. Quando você for tomar banho, você vai tomar banho com ela, não é só dar o banho nela. É mostrar que você também toma banho, você todos os dias.... Essa rotina você tem que mostrar para ela. (INTÉRPRETE "B")*

Como foi dito anteriormente, o intérprete de libras como *intelectual específico* traz para o processo inclusivo possibilidades que estão além do ato de interpretar, além dos códigos de ética, além dos rituais de legitimação, pois como *infame* “suas funções cerimoniais vão se apagar [...]”. (FOUCAULT, 1977, p.220).

A atitude e coragem de falar o que pensa não está em ele acreditar ser o portador de uma verdade, ou que é ou será a consciência de toda uma sociedade de intérpretes. A coragem de falar a verdade não se encontra em um espírito de crítica, antes o seu modo de vida atesta sua fala corajosa diante de discursos e práticas seja da política institucional, seja de uma comunidade de surdos e/ou intérpretes. Desta maneira ele está cuidando de si e dos outros e indiretamente da comunidade.

*[...] o intérprete ele pode ser um canal de inclusão desde que ele reveja muitos conceitos e dentro dele mesmo haja esse querer de mudança, se ele for só para interpretar, ele acaba só indo. [...] ele acaba excluindo o aluno. (INTÉRPRETE "R")*

Como abordado no capítulo anterior ao falar da atitude *parrhesiasta* do intérprete de libras, que está vivenciando o dia a dia as práticas na educação de surdos, relembro neste momento que este sujeito como *intelectual específico* e *infame* irá sondar sua consciência em relação a tais práticas, dar forma de problema, raciocinar, olhar para dentro de si, se julgar e assumir diante de outros, com postura de resistência a opinião do senso comum. A coragem de dizer o que pensa, pois já vive a verdade que expõe.

*O respeito que se tem de uma pessoa que vem de fora com uma língua de sinais que é..., eu não digo diferente..., mas eu digo pelo regionalismo, eu acho que ainda falta dentro da comunidade surda, dentro de nós também como intérpretes ver esse olhar [...] de que não existe o errado. [...] Pela questão de eu ser de outro estado eu sofri muito, muito com essa questão de, "A isso não é assim aqui, você está errado". Isso pesava muito para mim, mas eu sempre falava "Errado por que? Qual a base teórica que você tem para você falar que eu estou errado? Você tem algum curso que especifique esse erro meu gramatical? ", "Não? ". Eu falei, "Então você é usuário da língua igual a mim. Eu falava tanto para surdo, quanto para ouvinte. "Você tem um curso de línguas? ", "Não". Eu falei, "Eu falo português, eu sou oral, eu falo, eu sou ouvinte. Eu posso dar um curso de português? Não, não posso. Então a mesma coisa você. " Eu falava isso para os surdos, até hoje eu falo. "Você tem um curso específico de gramática? Eu tenho, de língua de sinais, eu tenho certificado. Você tem? Então você não pode falar que eu estou errado". (INTÉRPRETE "B")*

O sujeito intérprete de libras com essa ética (*êthos*) de cuidar de si e dos outros indiretamente cuidará da comunidade a qual faz parte, pois sua coragem de ser quem é, colocando em jogo sua função como *intelectual específico* evidencia sua verdade e colabora para existência de possibilidades na área da educação dos surdos, buscando por sua atitude política mudanças nas direções até então estabelecidas por meio de discursos como sendo a verdade a que todos precisam se submeter.

Reescrevo a citação da autora Lodi (2002), que está na introdução desta dissertação, quando diz a respeito da atuação desse profissional, os intérpretes de libras, que tais sujeitos

[...] tem uma tarefa importante no espaço escolar, seu papel e modos de atuação merecem ser mais bem compreendidos e refletidos. A inclusão do intérprete não soluciona todos os problemas educacionais dos surdos, sendo necessário pensar a educação inclusiva, em qualquer grau de ensino, de maneira ampla e consequente (LODI, 2002, p. 279).

Nesse respeito sua atuação no atual momento da história pode ter outras configurações. Quando os intérpretes fizeram suas “confissões” e falaram de inclusão, alguns disseram o seguinte

*[...] então para mim a surda estava em sala de aula com a intérprete, mas como eu te falei, naquele momento ali existia duas salas, a sala dos ouvintes e a sala da menina que ficava sentada e de um outro que estava sinalizando para ela. Então a surda não estava incluída, ela só estava no espaço físico. Ela passou, e as pessoas até questionam como ela passou no processo seletivo. Ela estava no espaço físico, mas incluída ela não estava. O que é necessário fazer para que o surdo seja incluído não é somente ter um intérprete, são práticas que ele tem que fazer, são realizadas ações dentro da instituição onde o intérprete faz parte. (INTÉRPRETE “S”)*

*Acho que é a própria questão de como você sinaliza, você percebe essa questão do incluir no ato de sinalizar. [...] o incluir tem que partir do outro, se sentir incluído... A partir do momento que eu me acho superior a ele só porque eu conquistei, que eu estudei antes, ou que eu já passei por aquela fase, eu não.... Mesmo que eu faça a prática de inclusão eu não vou estar incluindo, eu acredito nisso. [...]. Não adianta nada estar simplesmente achando que está dentro do papel de tradutor-intérprete, interpretando um papel de qual você não vive, o corpo fala, as suas mãos estão falando alguma coisa que é sua expressão, a sua vivência, suas práticas não estão testemunhando, e o surdo por ser visual ele percebe isso na cara. Ou ele tem opção de fingir, que é o que muitos fazem, tem que passar por isso, tem que suportar ou ele não aceita, também se traumatiza com isso, estou sendo feito de bobo. (INTÉRPRETE “E”)*

*Então as estratégias que hoje eu estou utilizando na sala de aula está sendo diferente. Eu não fico sentada, eu fico em pé*

*porque [...], se trabalha alguma coisa no quadro... O professor no início vê como uma coisa diferente, mas ele vai junto. Eu fiquei com outra disciplina, desenho técnico, eu fiquei em pé do lado do quadro, ele desenhando o triângulo e eu do lado dele. Aí ele falou assim “Eu tenho uma assistente nova aqui agora”. Eu falei “Tudo certinho agora para o senhor professor?” “Tudo tranquilo eu estou achando até tudo bom, porque a [aluna] está me olhando”. Então, aí o contato do professor com a surda. Eu me senti muito mais à vontade para.... Porque, eu não estava, era como se fosse assim, nas duas primeiras aulas eu fiz de acordo como o [outro] intérprete fazia. Sentei no cantinho, é como se tivesse duas salas, uma sala dos ouvintes e uma sala sozinha, eu e a surda. Eu me incomodava com isso. (INTÉRPRETE “S”)*

Quando analisamos as narrativas, percebe-se também um posicionamento político produzindo forças para outras possibilidades na ordem discursiva da inclusão. Em meu processo de governar a mim mesmo, minha atitude diante da condução desta nova profissão, tradutor-intérprete de libras, é problematizar, questionar, trabalhar em uma co/construção, coprodução do conhecimento, pois não há uma verdade. É no diálogo que vai além de reflexão, uma reflexividade que leve a todos nós a uma maior autonomia.

Não estou sozinho nesse posicionamento político na ordem discursiva da inclusão, os sujeitos que se narraram disseram o seguinte:

*Incluir o surdo? Não, eu acho que torna ele dependente do intérprete para tudo [...] O ideal seria todo mundo soubesse Libras [...] para poder conversar com o surdo. (INTÉRPRETE “L”)*

*[...] o surdo ele começou a ser visto. Então assim, com relação a inclusão, ele próprio se inclui, a partir do momento que ele se posiciona, ele luta pelos seus direitos, ele compreende o que é ser surdo, quem ele é, tem a sua identidade, se aceita como surdo, ele já começa a se incluir a partir daí. (INTÉRPRETE “I”)*

*[...] o foco da maioria das pessoas que se formam ou estão tentando ser intérprete de Libras não é a inclusão do surdo a minha opinião é [...] que a maioria hoje não busca isso, busca uma profissão, busca um salário, busca ter algo para trabalhar [...]. (INTÉRPRETE “G”)*

*“Ah! Eu quero resolver o problema da inclusão, eu vou colocar a intérprete ali”. Eu acho que isso vai muito mais além de só ter um intérprete em sala de aula. (INTÉRPRETE “A”)*

*Então, o intérprete como especialista na área, ele entra em conjunto com a instituição para as ações [...]. Então, é além de você só sinalizar. (INTÉRPRETE “S”)*

*[...] em determinado momento a sociedade vai demandar de uma especificidade, [...], do tradutor e intérprete de sinais [...] que tenham essa habilidade. Com o tempo, com o desenvolvimento dessa profissão, dessa habilidade vão surgir novos elementos, [...]. (INTÉRPRETE “D”)*

Neste trabalho por meio das histórias de vida, relatos orais e depoimentos, os sujeitos deixaram pistas claras a respeito de suas formações e de suas subjetivações enquanto intérpretes de libras. Permitiram-nos ver como se subjetivam *intelectual específico* em suas práticas e, também, como “homens infames” rompem com o que lhes é apresentado como norma pelas forças reprodutoras do modo de ser.

Este capítulo do trabalho não é uma coletânea de experiências pessoais para determinar o certo e o errado, ou um capítulo de receitas para os profissionais na área de tradução e interpretação na língua brasileira de sinais e nas suas relações com surdos, para tentarem fazer igual. Minha trajetória é ímpar, assim como dos demais colegas que fizeram suas “confissões”. Não há um momento, uma situação, igual, idêntica. Cada um de nós tem que usar os mecanismos que medeiam a experiência de si.

Se há algo parecido, similar, ou que lembre algo que está acontecendo com o leitor, isso pode dar-se devido as práticas discursivas do momento, os dispositivos biopolíticos que conduzem, as práticas de governo. É um mundo que existe, e está aí, uma história a ser registrada e narrada. Segundo Foucault (1997) o sujeito *infame* ajuda-nos a entender o surgimento da história com novo vigor motivado pelas

ocorrências não percebidas ou quase não observadas que dão prova do mundo que atualmente vivemos, mas nem sempre concluímos que exista.

Tomo para mim as palavras de Foucault (1977), de que este capítulo não é um livro de história, antes

É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. (FOUCAULT, [1977], 2006, p.203)

Nessa nossa reflexão conosco mesmo, nos vimos, nos deciframos, nos interpretamos, nos julgamos, buscamos nos transformar, nos dominar, nos conduzir na desordem de quem somos, e onde nos apresentamos nesse palco, o mundo. Essa ação de transformação não é o resultado da influência de outros, mas das relações que estabelecemos com o nosso “outro eu”.

## 6 POSSIBILIDADES IMANENTES

Na introdução deste trabalho, começamos a apresentar o cenário da pesquisa, o sujeito surdo em situações de interação social demandando a presença do profissional intérprete de língua brasileira de sinais, com o objetivo de inclusão, e o impacto da presença desse profissional mediando o processo de interação: surdo e sociedade.

Objetivando a pesquisa desse sujeito que atua como intérprete de libras, foi feita uma investigação quanto ao que já havia sido escrito a respeito sobre a atuação desse profissional, na forma de livros, teses, dissertações e artigos. Tais obras constataam a importância da presença do profissional intérprete na inclusão do sujeito surdo, a importância do ensino de libras e a consideração das necessárias competências linguísticas desse profissional.

Foram apresentadas produções que contribuíram para o diálogo, também a legislação específica e apresentação de argumentos sobre como os rituais de cooperação subjetivam o sujeito, fazendo-o definir-se um profissional intérprete, e como os diferentes rituais legitimam as práticas profissionais desse sujeito e o levam às rotinas que se estabelecem como verdades.

Expus como a escolha da metodologia das narrativas, “confissões”, contribui para encontrar nos depoimentos as pistas a respeito de suas formações, seus modos de agir diante das questões no dia a dia de trabalho, suas práticas.

Após a leitura da produção no Brasil a respeito do intérprete de libras e sua atuação, bem como a leitura de vários outros autores, incluindo entre estes Michel Foucault, apresentei minha hipótese que é entendermos o sujeito intérprete de libras como *intelectual específico*. Segundo Foucault (2013) a função dele não é modelar a vontade dos outros, mas renunciar se considerar portador da verdade. Entender o



que pode ser sua ética, qual sua responsabilidade e de que verdades necessita para conduzir a si mesmo e a outros (FOUCAULT, 2013, p.48, 129).

Para entender o intérprete de libras como *intelectual específico*, busquei na caixa de ferramentas teórico-metodológicas, as noções, os conceitos ensinados por Foucault com o objetivo de responder à questão inicial dessa pesquisa que é como tais sujeitos são subjetivados e como são governados quando em sua vivência são atravessados pelos cursos que ensinam a língua, os de formação de tradução e interpretação em Libras.

A noção de *intelectual específico* redefinida por Foucault (2006)<sup>32</sup> e que utilizo na pesquisa consiste no presente ver o intérprete de Libras na função de *intelectual* que diagnostica o momento que vive, não o que viverá. Segundo Foucault (2013) a figura de um *intelectual universal* (aquele que reivindica a universalidade do que é justo, correto e verdadeiro) é oposta a figura do *intelectual específico* (aquele que problematiza por retomar a medida das regras e das instituições, pondo em jogo esse ofício).

O *intelectual universal*, por exercer qualquer forma de hegemonia sobre a sociedade visa alcançar uma sociedade justa e igual para todos (GROS, 2004, p.41, 44, 47). O *intelectual específico* não é o portador de valores universais. Ele não tem a função de criticar valores e regras, mas, antes, de saber se é possível que nesses valores e nessas regras possa surgir uma nova política da verdade (GROS, 2004, p.42)

Por meio das histórias de vida, relatos orais e depoimentos, os sujeitos que narraram sua vida e conquistas falaram a respeito de suas formações e de suas subjetivações. Permitiram-nos ver como se subjetivam intérpretes de libras nos vários rituais de “batismo” e legitimação.

---

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber. Col. Ditos e Escritos IV**. P. 37, 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

No capítulo anterior deste trabalho trouxe a minha narrativa e a de outros intérpretes de libras. Os mecanismos ótico, discursivo, moral, de transformação e de condução contribuíram para entender como nos vemos, narramos, julgamos, transformamos e nos conduzimos.

Ao trazer o assunto sobre os intérpretes de libras nesta pesquisa, busca-se olhar possibilidades sobre tais indivíduos na área da educação e em outros espaços, na interpretação corporativa, na religiosa e na comunitária. Todos que estão nesse jogo são levados a refletir sobre as práticas de subjetivação e, com isso, entender a possibilidade de sujeitos de ação na direção de suas consciências.

A atuação do intérprete de libras em todo esse processo e nas suas relações com os sujeitos surdos não exerce uma dominação, como a de uma classe sobre outra, mas nos atravessamentos que constituirão os sujeitos. Exerce um poder dentro de um saber. O controle e a condução dos sujeitos não são concretizados apenas por um poder oriundo do Estado, mas contam com uma série de organizações, instituições, procedimentos e agentes que exercem tal poder na sociedade. É uma rede de micropoderes que alcança o corpo individual ou o corpo social, com o propósito de administrar comportamentos, governar a vida dos sujeitos alvo.

Nesse universo, nessa rede de micropoderes, que é sustentada, em parte, pelos profissionais que aplicam a medida, incluem-se os tradutores-intérpretes de Libras. Esses profissionais tem um papel relevante no processo do surdo pertencer a uma sociedade. Eles possuem o conhecimento de Libras e, através do exercício de um poder apoiado nesse conjunto de saberes, passam a ser referência na área, acumulando maiores informações, permitindo um poder cada vez mais minucioso. Os tradutores-intérpretes de Libras passam a ser em muitos casos os responsáveis pela informação, pelos conteúdos de ensino na escola e, em outros casos, acabam diagnosticando a situação dos sujeitos surdos, opinando como estes podem ser incluídos. São solicitados a avaliar o grau de conhecimento de Libras por parte dos surdos e, juntamente com outros profissionais, conduzem e governam os corpos da população que o Estado quer normalizar.

Nessa base, agem como se fossem vigilantes ideológicos da vida particular e social dos surdos com quem se inter-relacionam. Ao mesmo tempo, tais profissionais vão construindo um saber que lhes possibilita estabelecer verdades e, assim, exercer um poder. A partir dessa perspectiva se encontram como que resistindo às formas de subjetividade que são levados a adotar.

No que se refere à análise de narrativas dos sujeitos da pesquisa pudemos ler que os intérpretes foram subjetivados a se verem intérpretes com a contribuição da passagem pelos rituais de “batismo”, do “exame” e dos que atribuem a procedimentos e objetos, significados. Tais rituais foram decisivos para que os sujeitos se considerassem intérpretes de fato e seguissem a profissão na área da língua brasileira de sinais.

Foi possível perceber que cada sujeito em determinado momento de sua história/ vida foi/ é um *intelectual específico* quando busca problematizar o que lhe é posto. A atitude no cuidado de si, com uma ética não engessada, mostra possibilidades no que se refere a educação de sujeitos surdos. Através das entrevistas foi possível ter informações quanto aos motivos que fundamentam verdades e como essas são construídas.

Ao concluir, enfatizo que não nego, nem me contraponho a ordem discursiva da inclusão, não rejeito ou critico o que está sendo feito, tampouco os profissionais envolvidos. Busco entender os porquês, os efeitos das práticas e ações que ordenam esse processo, que são necessárias, e como os profissionais envolvidos podem, no presente, trazer um outro olhar para aquilo que está posto como verdades, receitas, que acreditam, resolverão as questões na educação dos surdos.

## 7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Sonia M. S.; LEONARDO, Nilza S. T.; SILVA, Tânia S. A. **Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural**: em defesa da humanização do homem. Maringá: Eduem, 2012.

BRASIL. Decreto de Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em 08 agosto de 2013.

BRASIL. **INES**. <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>>. Acesso em 16 mai. 2016.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Lei de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)>. Acesso em 08 agosto de 2013.

BRASIL. Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 08 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 02 set. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)>. Acesso em 08 de agosto de 2013.

BRASIL. MEC. CENESP. **Diretrizes básicas para ação do Centro Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC. CENESP. 1974.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2015.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARVALHO, Alexandre F. de. **Foucault e a função-educador**. 2ª. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**. Vitória, 27 mar. 2015. Edital nº. 05/2015-SEDU. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Banco%20de%20Documentos/PDF/2015/Mar%C3%A7o/EDITAL0052015LIBRAS.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2015.

FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984); tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. A Ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Col. Ditos e Escritos V. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos / Michel Foucault; organização de Nildo Avelino. – São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2ª. ed. revista e ampliada, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Col. Ditos e Escritos IV. Paris: Gallimard, 1994d.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – 2ª ed. São Paulo: Edição Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – 14ª ed. Graal. 1ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983).** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. O que são luzes? In: \_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento.** Tradução de Elisa Monteiro. Col. Ditos e Escritos II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política.** Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Col. Ditos e Escritos V. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975).** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber.** Col. Ditos e Escritos IV. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 39. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

GROS, Frédéric; ARTIÈRES, Philippe... [et al.]; **Foucault: a coragem da verdade**. Tradução de Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

KOHAN, Walter O. **Filosofia: o paradoxo de aprender e ensinar**. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

LACERDA, C. B. F. de; BERNARDINO, Bruna Mendes. **O intérprete de língua brasileira de sinais no contexto da escola inclusiva: focalizando sua atuação na educação infantil**. Espaço (Rio de Janeiro. 1990), v. 28, p. 28-40, 2008. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/169.pdf>>. Acesso em 08 de março de 2014.

LARROSA, Jorge. "Tecnologias do eu e educação". In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, p.35-86, 1994.

LEITE, Emeli Marques C. **Os papéis dos intérpretes de libras nas salas de aula inclusiva**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.

LODI, Ana C. B.; MÉLO, Ana D. B. de; FERNANDES, Eulália. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais : relações de poder e (re)criações do sujeito**. 2008. M366e. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, SP, 2008.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Posição-Mestre: Desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional**. 2013. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2013.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189 f. Tese (doutorado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, 2011.

MOREIRA, Herivelto; MOREIRA, Luiz Gonzaga Caleffe. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NANTES, Janete de Melo. **A constituição do intérprete de língua de sinais no ensino superior na perspectiva dos surdos: o cuidado de si e do outro**. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2012.

QUADROS, Ronice M. ... [et al.]. **Exame Prolibras**. Florianópolis, SC, 2009.

QUADROS, Ronice M.; PERLIN, Gladis. **Estudos Surdos II – Série Pesquisas**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice M.; STUMPF, Marianne Rossi. **Estudos Surdos IV – Série Pesquisas**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial**. – Brasília: MEC; SEESP, 2007. 2ª ed.

QUADROS, Ronice Müller de. **Estudos Surdos III – Série Pesquisas**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Tradução, Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOARES, M. A. L. (1999) **A educação do surdo no Brasil**. Bragança Paulista/Campinas: EDUSF/ Autores Associados, 1999.



SPINELLI, Miguel. **Sobre as diferenças entre éthos com epsilon e éthos com eta**. Artigo recebido em 10/2008 e aprovado em 08/2009. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009.

VEIGA-NETO, A. **Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império**. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. **Inclusão e governamentalidade**. Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007.

VICTOR, Sonia Lopes; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson. **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

WERNER, H. **“A surdo-mudez”**. Actas Ciba, ano XVI, n. 1, jan. 1949.

XAVIER, Keli Simões, (1982 -). **O lugar do intérprete educacional nos processos de escolarização do aluno surdo**. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, ES, 2012.

## ANEXO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e realizada por pesquisador do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES/UFES/CNPq) Joaquim Cesar Cunha dos Santos. A pesquisa, intitulada A FORMAÇÃO DO TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO INTELECTUAL ESPECÍFICO: O TRABALHO DE INTERPRETAÇÃO COMO PRÁTICA DE CUIDADO DE SI tem o objetivo de conhecer, analisar e problematizar como as atitudes, modos, apreensões, inquietações e atenções são evidenciados aos intérpretes que operam nas instituições escolares, incorporados pela lógica da inclusão.

Solicitamos a sua participação na pesquisa concedendo uma entrevista narrativa sobre os trabalhos que vem realizando ou que já realizou, enquanto intérprete de Libras, com alunos incluídos, fazendo referência a vivências, experiências que já tivestes com a inclusão.

As informações obtidas na pesquisa serão utilizadas em estudos e sua identidade jamais será divulgada. Portanto, em nenhum momento você será exposto a algum risco se participar da pesquisa e nem possuirá algum envolvimento financeiro com ela. Caso haja algum descontentamento com a pesquisa, você poderá se recusar a continuar participando. Depois de realizadas as transcrições da entrevista narrativa, o grupo de pesquisa lhe encaminhará, por e-mail, a versão final da transcrição para recebermos o seu aceite final.

Este documento, constando os compromissos assumidos entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa, será assinado pelas partes envolvidas em duas vias. Uma ficará sob a responsabilidade dos sujeitos da pesquisa e a outra via ficará sob responsabilidade do pesquisador do projeto de pesquisa.

Pelo exposto acima, eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar da pesquisa e autorizo a utilização das informações desde que minha identidade não se torne pública. Afirmo a liberdade em me negar a participar da pesquisa em qualquer momento que uma das partes não cumprir o colocado nesse termo de compromisso.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_, ES, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 2015.